

Fim-de-semana trágico previsto em Lameira

Lameira mostra que a revolução...

Comunidade de Lameira...

Três linhas em confronto no Congresso dos Sindicatos

Unidades de Infantaria votam 5 pontos

Libertários membros da família Espírito Santo

Cadetes passam a cabos

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Assamblea da Estrela Sousa Castro

Costa Gomes, V. Gonçalves e Otelio tomam direção política da revolução

Costa Gomes, V. Gonçalves e Otelio tomam direção política da revolução...

Costa Gomes, V. Gonçalves e Otelio tomam direção política da revolução...

Costa Gomes, V. Gonçalves e Otelio tomam direção política da revolução...

Costa Gomes, V. Gonçalves e Otelio tomam direção política da revolução...

18-19-20 de Julho um fim de semana de ruptura



- PS (na oposição) contesta Vasco Gonçalves
As novas barricadas: que combate?
Explosão na província a escalada anti-PCP

E agora, Mário Soares?
Estadista unificado por Francisco Telo Salazar

documentos

Uma "Frente Unida Popular" condição do V Governo?

A FRENTE UNIDA de uma "Frente Unida Popular"...

A FRENTE UNIDA de uma "Frente Unida Popular"...

A FRENTE UNIDA de uma "Frente Unida Popular"...

A FRENTE UNIDA de uma "Frente Unida Popular"...

Unidades de Infantaria votam 5 pontos

As unidades de infantaria votaram 5 pontos...

As unidades de infantaria votaram 5 pontos...

As unidades de infantaria votaram 5 pontos...

As unidades de infantaria votaram 5 pontos...

Libertários membros da família Espírito Santo

Libertários membros da família Espírito Santo...

Libertários membros da família Espírito Santo...

Libertários membros da família Espírito Santo...

Libertários membros da família Espírito Santo...

OMEGA Speedmaster watch advertisement with image of the watch.





Fim-de-semana trágico previsto em Luanda

LUANDA (Especial para o EXPRESSO) — O decréscimo de violência na confrontação armada que manteve em oposição a FNLA e o MPLA em Luanda, não serviu para que o restabelecimento de plataformas de paz pudessem significar uma realidade. A verdade é que na capital do país, como ponto mais quente, desde que a comissão nacional de defesa determinou o cessar-fogo, as transgressões têm sido continuas, podendo considera-se, por isso, que ninguém respeita as determinações de cúpula.

Aliás, as reuniões desta comissão tida como componente do governo de transição, são sistematicamente interrompidas há mais de seis dias face à precipitação dos próprios acontecimentos traduzidos por acções de fogo, principalmente junto à fortaleza de S. Pedro da Barra, onde se localiza o principal foco de resistência da FNLA na área de Luanda.

Dezante a semana, em todos os meios de comunicação social, principalmente na EOA, chegam comunicados dos dois movimentos que se guerreiam, com acusações violentas de parte a parte. A FNLA através de comunicado difundido, pessoalmente por Holden Roberto que se encontra a norte de Angola, fez ontem, sexta-feira, uma declaração de guerra formal contra o MPLA e contra quaisquer forças portuguesas que venham a opôr-se ao avanço das forças do seu movimento.

Durante três dias desenrolaram-se combates violentos na área do Caxito, importante nó rodoviário de acesso a Luanda, tendo a FNLA conseguido ocupar a vila e a sua periferia. Ao fim da tarde de ontem, fonte oficial anunciara o envolvimento de blindados ligeiros nos confrontos, ao mesmo tempo que o responsável máximo da FNLA em Luanda, N'Gola Kabangu aturava à imprensa estrangeira a tomada do Caxito por parte das suas forças.

Nos combates de ontem que só abandonaram ao fim da tarde um esquadrão de blindados ligeiros do tipo autometralladoras terá furado o bloqueio da região de acesso a Luanda onde Nito Alves, chefe do estado amor do MPLA, garantia ter montado um dispositivo inviolável de contenção contra qualquer avanço da FNLA.

O Dr. Agostinho Neto, do MPLA, anteontem em Viana, presidiu por seu lado a um comício, que antecedeu uma viagem de campanha política ao distrito do Cuama Norte, pronunciando um dos mais violentos discursos que até hoje determinaram a política do seu movimento contra a actuação da FNLA. Paralelamente, o ministro da Saúde, Samuel Abrigada, aproveitando a cerimónia de posse de um dos seus directores de serviço fez um discurso difundido em que também pela EOA onde formulava graves acusações contra o MPLA e principalmente contra a sua cúpula sobre a posição assumida pelo que se designa nos círculos do MPLA por poder popular. Esta designação, como é evidente, representa no seu conceito uma das armas maiores do MPLA na área de Luanda e também noutras cidades importantes do país onde a FNLA tem perdido influência político-militar.

Observadores acreditam que este fim-de-semana venha a ser bastante trágico em Luanda, correndo rumores de que grandes infiltrações do FNLA, por diversas formas, se têm efectuado nos bairros suburbanos. Pensa-se que o Alto Comissário terá sobreavido ontem a área do Caxito onde a violência dos combates foi maior. O ponto de situação fornecido ao fim da tarde pelo capitão Semedo do CCPA confirmava os factos na área do Caxito e desmentia que forças portuguesas tivessem intervido por qualquer forma ou que houvesse baixas nas FAP. Foi desmentida também qualquer intervenção armada por parte de aeronaves das FAP.

Três linhas em confronto no Congresso dos Sindicatos

INICIOU-SE ontem e prolongar-se-á até domingo o Congresso dos Sindicatos Portugueses, promovido pela Intersindical e realizado no auditório da Fundação Gulbenkian. Presentes delegações de cerca de 200 delegados, que deverão discutir e aprovar o estatuto, além de um «documento base» (sobre a direcção e acção para um Portugal Novo), elaborado pelo actual secretariado daquela organização.

A finalizar o congresso será eleito o novo secretariado da central sindical única.

Apesar das movimentações políticas e dos confrontos de linhas que hoje se manifestam activamente no meio sindical português não é de prever que, para além dos choques mais ou menos frontais de posições, a actual composição directiva e a orientação da Intersindical sofram, neste Congresso, sensíveis alterações. Com efeito, o congresso ocorre num momento em que a maioria das direcções actualmente à frente dos sindicatos portugueses são afectas à linha da Intersindical — e que, como aliás transparece claramente do ante-projecto do documento-base, se identifica com posições comuns ao PCP e MDP/CDE. Daí que a realização do congresso num momento em que o processo em curso no interior dos sindicatos passa por uma fase de viragem (traiduzida nas recentes votações dos estatutos, em que as direcções afectas à Intersindical sofreram derrotas ou são obrigadas a alianças à esquerda) seja fortemente contestada por correntes de oposição ao actual secretariado. É isso que defendem, por exemplo, sindicalistas identificados com o Partido Socialista.

Por outro lado, prevê-se que durante o Congresso surjam documentos em oposição ao que foi apresentado pelo secretariado da Intersindical, o que deverá dar lugar a debates acalorados e a confrontos frontais entre as várias correntes. Essencialmente, e para além da eventualidade de certas alianças táticas de carácter diverso, são actualmente detectáveis três linhas sindicais presentes no Congresso: a linha incondicionalmente pró-secretariado (de tendência PCP-MDP/CDE), a linha PS e a linha de esquerda — que reúne posições desde o MES ao MRPP.

O ministro do Trabalho, major Costa Martins, discursou na abertura do Congresso.

Libertados membros da família Espírito Santo

MANUEL Ricardo Espírito Santo, Jorge Espírito Santo, José Manuel Espírito Santo, Carlos de Melo, Roquette Ricciardi e José Horreman Roquete, arguidos num processo que corre os seus termos no 1.º Juízo de Instrução Criminal, e que haviam sido detidos em 10 de Junho passado, foram ontem postos em liberdade provisória, caucionados em 500 contos cada um.

A decisão foi tomada pelo juiz Joaquim Fonseca Henriques de Matos, e baseia-se no facto de se encontrarem muito esbaldados os indícios que teriam determinado a manutenção da sua prisão durante três meses, o que inclusivamente terá determinado a fixação de uma caução que poderá parecer demasiado benévola.

Cadetes passam a cabos

FOI finalmente decidido o destino dos cadetes da Escola Prática de Infantaria de Mafra, que se rebelaram há alguns meses. Efectivamente, os cadetes foram todos punidos, passando a cabos, e sendo distribuídos pelas diversas unidades de Infantaria do país.

Costa Gomes, V. Gonçalves e Otelo tomam direcção política da revolução

APOS cerca de 30 horas de reunião, a Assembleia do MFA pronunciou-se a favor de um reforço da autoridade revolucionária, confirmando os rumores que correm desde o envio de telegramas de apoio há uma semana, acerca de um triunvirato formado por Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho.

Das decisões expostas no comunicado final da Assembleia pode-se concluir por um reforço dos poderes do Primeiro-Ministro, que apresentará o V.º Governo ao Triunvirato, já que o resto do Conselho fica com função consultiva. Por outro lado, a inserção de Otelo é uma satisfação aos "operacionais" do COPCON.

É o seguinte o texto do comunicado da Assembleia: "A Assembleia do MFA reunida extraordinariamente no dia 25 de Julho de 1975 iniciou-se com uma exposição do Presidente da República que apresentou questões e pontos de reflexão sobre a actual crise política, iniciando-se a ordem de trabalhos pelo momento político nacional. O Primeiro-Ministro fez uma análise sobre a situação política.

A Assembleia pronunciou-se sobre a autoridade e segurança na Revolução, tendo concluído pela necessidade de uma forte direcção política. Nesse sentido foi aprovado o seguinte:

1 - Concentração do poder político-militar nos seguintes membros do Conselho da Revolução: Presidente da República, General Costa Gomes, Primeiro-Ministro, General Vasco Gonçalves, Comandante do COPCON, General Otelo Saraiva de Carvalho.

2 - O Plenário do Conselho da Revolução passa a constituir um órgão de conselho pelos três elementos referidos no número anterior.

3 - Qualquer eventual alteração à composição do Conselho da Revolução, far-se-á nos termos da lei 75, por decisão da Assembleia do Movimento das Forças Armadas.

A Assembleia debateu de modo semelhante a questão da disciplina revolucionária em toda a sua amplitude e no próprio seio do MFA. Decidiu pela actuação com firmeza contra elementos que com intenção contra-revolucionária

criam um clima de agitação popular e dificultem as tarefas de construção do socialismo. Por último foram lidas exposições sobre a situação nos Açores e apreciadas as recentes medidas tomadas e em curso para a resolução dos respectivos problemas no arquipélago.

Não assistiram à Assembleia Melo Antunes, Vítor Alves, Vítor Crespo e Canio Castro e Costa Neves que, uma vez iniciados pela Assembleia, evasaram cartas muito duras a definir a sua posição.

A ABRIR a sessão da assembleia do MFA, o general Costa Gomes proferiu um significativo discurso, centrado à volta de três temas de reflexão: um ritmo para a nossa revolução, um caminho para a independência nacional e um curso para continuar a descolonização. Eis o discurso:

"Todos nós estamos conscientes da extrema sensibilidade dos problemas que aqui temos debatido.

Também sabemos que a revolução entrou na fase decisiva, cuja saída pacífica passa pelo senso, pela tolerância, pelo equilíbrio dos inúmeros factores determinantes.

Suponho muito útil fazer uma análise de duas realidades que se não podem ignorar:

— Que assembleia somos?
— Que sociedade somos, neste dia e hora?

Como assembleia creio que nos poderemos definir como sendo elementos da vanguarda revolucionária das forças armadas mas não a sua mediana; estamos no primeiro pelotão de um povo que avança mas não nos situamos na zona central da coluna de marcha.

Somos o ponto fulcral do processo revolucionário; mas estamos fortemente influenciados pela macrocefalia política da cidade de Lisboa.

Como nos podemos definir como sociedade?

Temos em Lisboa um microcosmos político, mais apto a absorver os avanços revolucionários, mas que projecta um círculo

de agitação e ansiedade na cintura industrializada cujo raio é da ordem dos 30 km.

O resto do país corre o risco de perder a ligação com a frente da coluna, com zonas onde cresce um descontentamento já sensível e outras batidas na pastada e atraídas pelo reaccionarismo.

A nossa revolução fez-se pelo povo e terá de ser feita com o povo, enquanto classes mais desfavorecidas.

As revoluções são um momento histórico que se aplica a um povo concreto, que é como é e não como sonhamos que deva ser.

Avançar com um processo revolucionário tem um ritmo máximo muito concreto, muito pragmático, sob pena de ruptura com forças internas e externas que se tornarão oponentes.

Coloquemos por momentos de parte as ideologias que nos animam e verifiquemos humildemente que a quase totalidade do povo esteve com a nossa revolução e hoje temos que reconhecer que isso não acontece.

A marcha da revolução tomou uma aceleração que o povo não tem capacidade de absorver.

Coloco uma pergunta: Devemos fazer um compasso de espera estendendo a mão aos que ficaram para trás ou devemos acelerar uma vanguarda que deslocará mais da coluna de marcha?

Este é o primeiro ponto de reflexão que proponho.

Vejam agora um assunto que necessita ser clarificado.

Todos nós desejamos construir a independência nacional.

Qual o caminho mais viável? Recordemos alguns dados essenciais do problema:

Temos uma história, uma situação geográfica e posições estratégicas cuja importância não necessita explicar aos camaradas: são vossas conhecidas e são condicionantes afilhadas à nossa vontade.

Temos em relação ao Ocidente, sobretudo em relação à Europa, extremas vulnerabilidades.

O nosso comércio externo, nos

Continua pag. 5

Costa Gomes propõe três temas de reflexão

Continuação pág. 1

dois sentidos, depende do Ocidente mais de 80 por cento.

Temos fora do país cerca de 3 000 000 de emigrantes e colonos.

Uma manobra ocidental concertada, de redução das trocas comerciais e da devolução dos emigrantes é uma ameaça para a qual não temos qualquer resposta válida.

Nos EUA e Canadá temos cerca de um milhão e meio de açorianos e madeirenses.

A situação psicológica da população e a análise geoestratégica dos Açores e da Madeira mostram-nos como é fácil uma manobra político-militar com base nestas parcelas de Portugal. Parece-me sinceramente que a independência nacional não pode ser conseguida a curto prazo por qualquer via que envolva a hostilização do Ocidente.

A liberdade, a independência e a felicidade do povo português exige mais senso do que idealismo, mais inteligência do que orgulho, mais moderação do que coragem verbal.

Creio que temos que reconhecer as actuais dependências do Ocidente e incrementar a fundo as ligações com os países socialistas e com o Terceiro Mundo.

Assim, com inteligência e tempo podemos visionar o momento futuro em que o nosso centro de gravidade político-económico se situe numa área onde se anulem os campos de força dos grandes poderes mundiais.

É nessa área que teremos então o valor máximo da liberdade de acção, a optimização do conceito **Independência Nacional**.

O segundo ponto de reflexão, que proponho a esta assembleia é, pois, o estudo de uma via pragmática para a nossa independência nacional.

Para terminar falemos sobre descolonização.

Sei que ninguém tem dúvidas que descolonizar é um dos objectivos fundamentais da revolução, diria mesmo a motivação mais profunda da nossa acção anti-fascista.

Todos aceitamos que descolonizar é libertar povos oprimidos, sem os abandonar a outras formas de poderes opressores.

Admitindo que esta assembleia está na primeira linha das nossas responsabilidades em Angola teremos que pensar na nossa capacidade de motivar as forças militares.

Este é o terceiro ponto de reflexão que esta assembleia necessita considerar.»

SOARES, Mário

E agora, Mário Soares?

EXPRESSO: O tema hábito desta revista é e agora Mário Soares? Para não, penso que temos de voltar às causas da crise actual, mas ao momento presente e mobilizar do futuro.

Quanto às causas, o PS sai do governo só por causa do "Relevo", o que foi criticado por uma parte, embora o caso "Relevo" em si fosse importante, e por todo um conjunto de circunstâncias?

MÁRIO SOARES: O PS saiu do governo para honrar um compromisso que tinha formulado para o Estado relativamente ao seu "Relevo". Este levantou um problema da liberdade de expressão em Portugal, que para mim é fundamentalmente importante mas não o problema da autoridade do Estado. Voltamos ao Governo sob a promessa do Conselho de Revolução, de resolver o caso "Relevo" nos termos da Lei de imprensa e laços na palavra do novo presidente da República que nós, empenhados no estatuto na sua viagem a França, fomos o Conselho da Revolução de encontrar forças para impor a própria resolução. Isto põe o problema de saber onde está o poder em Portugal. Quem governa lá?

O Partido Socialista estava num governo que efectivamente não tinha onde as resoluções políticas e debates fundamentais se davam à margem do próprio Conselho de Ministros.

O intuito da colegialidade das decisões do Governo foi também posto em causa, na medida em que as decisões políticas eram tomadas fora do Conselho de Ministros e sem consulta aos partidos da coligação, pelo ministro e PS. E o caso, por exemplo, da saída de 900 militares do MRPP e dos ataques aos centros de

estudo do MRPP, de que nós temos conhecimentos apenas no jornal.

EXP: A crise que atravessamos é muitas vezes atribuída à saída do PS. É verdade? E qual o papel do MFA?

M.S.: Respondo-lhe à isso de uma maneira cronológica. Na madrugada do dia em que foi publicado o primeiro número para da "República", avistámos o CR que, se isso sucedesse, o PS seria de sair do Governo. O CR aceita o problema e decidiu que o número pirata não sairia, no entanto uma Comissão Administrativa para a República. O ministro do Trabalho deu então, uma ordem directa para que o número para da República não saísse. Os trabalhadores os quem os comunistas estavam, portanto, perfeitamente indiferentes às decisões do Conselho da Revolução, e publicaram o número pirata no dia seguinte. A própria figura militar sugerida pelo MFA para esta Comissão Administrativa aparece sem sendo o director desse número para da República. E depois disso o CR não se sentiu obrigado a agir, e aprender a trabalhar ocuparam indevidamente os locais com a culpabilidade, aliás, de certas forças armadas — e coher com o seu único e passividade esta volta, às decisões que ele próprio tinha tomado.

EXP: Insisto na minha pergunta: a qual básica desta crise e do Partido Socialista?

M.S.: O partido Socialista foi impactado para uma situação que eu sabia que era inevitável. Foi provocada uma crise inicial que transcendeu hoje o Partido Socialista.

EXP: Quem provocou essa situação?

M.S.: A meu ver, ela é da res-

ponsabilidade das pessoas que tiveram sair o número-pirata, contra a decisão do CR.

EXP: E quem são essas pessoas?

M.S.: É muito difícil fazer um juízo de valor, neste momento. Parece-me perfeitamente claro, que com provocar o movimento de agitação popular e boatos do dia 4 de Julho, para mobilizar e paralisar as actividades do próprio CR e do MFA — isto é, o Partido Comunista —, terão sido os meses que, dias depois, lançam uma nova crise para criar um clima emocional que lhes permitia dar um novo salto para diante.

As tendências dentro do M.F.A.

EXP: Entre as causas da crise estará também a situação de impasse resultante dentro do Conselho da Revolução, em virtude da existência de várias tendências, confirmadas aliás pelo ministro Correia Leal, em entrevista a um jornal suéco?

M.S.: Parece difícil dizer que não há tendências dentro do M.F.A., depois de tudo o que foi publicado. O Plano de Acção Política e o Documento-Guia, por exemplo, estão nos antídotos de um outro, tal como o Pacto entre o MFA e os Partidos e os documentos da 5.ª Divisão que apontam na direcção de uma ditadura comunista em Portugal, como saída possível para os problemas.

EXP: Acha que a saída do PPD do Governo veio agravar a crise política?

M.S.: A saída do PPD é lógica e clara. É certo que depois de o PS ter anunciado a sua decisão — e ir-lo sem tomar em linha de conta nenhuma estratégia em relação a outros agrupamentos — quer o PPD quer os outros que estejam no

Governo —, não fez qualquer espécie de pressão para que os outros seguissem a sua posição. O PC tentou sugerir ao MFA manter um governo de coligação, entre o PPD, PC e MDF, procurando cobrir-se em elementos do PS que despretensavam a orientação, e direcção do partido. Esta tentativa do PC mostra mais uma vez o carácter oportunista das suas decisões, na medida em que, logo a seguir às eleições, propôs publicamente ao PS, em frente do país inteiro, a saída e eliminação do PPD da coligação. Esta proposta não foi aceite pelo PS, que sempre definiu uma estratégia no sentido de não se associar no Governo com o PCP para destruir o PPD, nem com o PPD para destruir o PCP.

EXP: Que provas tem que o PCP tenha tentado aguentar o IV Governo Provisório?

M.S.: Sei que houve largas tomadas de posição do PCP no sentido de que a coligação seria possível. Foram feitos esforços, por parte do CR e do próprio Primeiro-Ministro para que o PPD não saísse.

EXP: Continuo a não me considerar plenamente satisfeito quanto às causas da crise. Diz que foi o PC que terá tentado... Mas publicamente não há provas disso.

M.S.: Mas há toda uma situação de responsabilidade e do PCP, ou seja, violência, manifestações, antagonismo frontal contra o PS. Há toda uma tentativa posterior do PC, de uma aliança um pouco estranha, entre o PC e grupos de extrema-esquerda, visando marginalizar o PS. É porque é que ele quer marginalizar o PS?

Aquilo que diz de milhões de portugueses não é a construção do socialismo, não é a construção de uma sociedade em que acabem exploradores e explorados, o que nos divide e a construção de

tado: saber se o Estado se constrói com um partido único e por via autoritária, em resumo, estatista, ou, pelo contrário, se constrói através de uma experiência nova, por via pluralista e democrática, e também fazendo apelo a formas de democracia directas real, apostando para soluções autogestivas.

Duas concepções de revolução

EXP: Há portanto, duas concepções de revolução, antagónicas?

M.S.: Há. Uma que leva em conta o condicionalismo geopolítico português, numa linha de independência nacional, e que, no plano interno, condiz a uma organização democrática do Estado, com uma ampla base social, ganhando para a revolução as camadas da pequena e da média burguesia. A outra que leva ao estado totalitário, a saída de Portugal do seu sistema de alianças actuais, para cair na órbita do bloco Leste e ainda numa via necessariamente repressiva, visto que o apoio sociológico que tem é muito restrito.

EXP: Considera, portanto, que o PC se adere à primeira definição e o PCP à segunda?

M.S.: O PS adere obviamente à primeira definição. E é trágico que o PC não adira, porque fica colocado numa dependência, pelo menos momentânea, em relação aos grupos de extrema esquerda, acentuando o anarco-populismo e destrói o aparelho do Estado, com consequências terríveis para a economia portuguesa.

EXP: Inclui toda a extrema esquerda na segunda via?

M.S.: Não, mas, tanto quanto posso imaginar, é a direcção ainda pouco definida para que apontam o MES, a UDF e o PRP-BR.

EXP: E a FSP?

M.S.: A FSP não conta no ponto de vista ideológico, visto que é apenas uma espécie de milícia armada às ordens de outros grupos. Por outro lado não coloca na extrema-esquerda o MDP, C. UE, porque é um partido atrelado ao PCP.

EXP: E como vê o MFA dentro desta dicotomia?

M.S.: Entendo que o MFA está numa posição apertada. Se é certo que há sectores do MFA, como a 5.ª Divisão, que me parecem ter tomado um partido claro, de acordo com a estratégia do PCP, há, por outro lado, extensos sectores do MFA que não estão dispostos a marchar nesse sentido.

EXP: O MFA, está portanto, dividido?

M.S.: Seria hipocrisia da minha parte negar o que é uma evidência nacional. Mas é preciso lutar pela unidade do MFA. Lutar por não é fazer com que o MFA mantenha uma posição apertada que assumi perante o país. O MFA é, a meu ver, um movimento patriótico e o garante da revolução portuguesa a caminho do socialismo. Para o ser, uma vez que engloba, hoje em dia, todas as Forças Armadas e que essas reflectem no seu seio as contradições existentes na sociedade portuguesa, o MFA, se não se manter numa perspectiva apertada, estará necessariamente sujeito a divisões, sendo mesmo, confrontações que abrirem o caminho a contra-revolução.

Penso que o PCP fala muito em reacção e utiliza sempre a técnica de considerar que quem não defende os seus pontos de vista é reaccionário, ou faz o jogo da reacção. É, no entanto, a política aventureirista do PCP que está neste momento a fazer o jogo da reacção.

EXP: Do que tem dito até aqui, depende-se que o PCP tem uma larga responsabilidade na crise actual?

M.S.: Tem uma responsabilidade histórica na situação que hoje se chegou, o que é perfeitamente visível e que toda a esquerda portuguesa e estrangeira, não deixa de encarar. Tentar dizer que se está com a revolução ou contra a revolução, dicotomia simplista e deformante, não é legítimo, visto que é preciso saber com que revolução. O PS está com a revolução, mas para assegurar a este país uma via para o socialismo que passe necessariamente pela democracia política e por uma linha de independência nacional.

EXP: Depois de uma análise

Entrevista conduzida por Francisco Pinto Balsemão

das causas da actual crise, parece ser tempo de passarmos ao presente. A primeira pergunta é a seguinte: O PS está internamente coeso? Antes de mais, gostaria de saber o que se passou com os contrários leitos a determinados membros do PS para "figurarem no próximo Governo. Tanto quanto sei, foram convidados Lopes Cardoso e António Reis, que recusaram imediatamente outros sete pertencentes ao grupo parlamentar: Rui Polónio, José Luís Nunes, Carlos Lajes, António Rodrigues, Aníbal Alcides, Maria João Madureira Rodrigues, João Guiterres e Amelino Aníbal.

M.S.: Bem, quando há este tipo de operações, as instâncias do Partido são sempre as últimas a saber... Houve, no entanto, um comunicado do Conselho da Revolução que nos alertou, porque fazia uma distinção entre o PS e os socialistas verdadeiramente revolucionários; como sempre a teoria das cúpulas e das bases. De qualquer modo, parece que hoje as bases do PS estão com a sua direcção que, aliás, elegeram democraticamente, depois das manifestações de Lisboa e do Porto e noutros pontos do país, motivadas pelas posições tomadas pela direcção do Partido, parece não haver qualquer ranço, a não ser lenta, para, no PS, separar as bases da cúpula.

EXP: Voltando à minha pergunta...

M.S.: Houve efectivamente uma tentativa para conseguir que membros do grupo parlamentar socialista entrassem no Governo, não como representantes oficiais do Partido — visto que há uma decisão contrária a isso — mas a título pessoal. O convite foi feito pelo primeiro-ministro, depois do PS ter feito saber ao Presidente da República que não participaria na Constituição do Governo. Sucedeu que João Guiterres é um membro do Secretariado Nacional do PS, Rui Polónio Sampaio e vice-

presidente e que o José Luís Nunes e o Carlos Lajes só posteriormente comunicaram ao senhor primeiro-ministro a sua posição de não participação no Governo. Consta que o grupo parlamentar, quando foi informado disso, teve uma reacção muito morna, aliás talvez não perfeitamente justificada, na medida em que a única crítica que se pode fazer aos camaradas socialistas é que eles não informaram o secretariado do Partido desse convite imediatamente a seguir.

EXP: Há por isso quaisquer sanções?

M.S.: O problema não foi ainda discutido. Não houve tempo para o fazer e não me parece fundamentado neste momento.

EXP: Qual é a força efectiva do Partido Socialista?, partindo do princípio de que ele está coeso internamente.

M.S.: Pode dizer-se que está

EXP: Não há dúvida de que as mobilizações do passado fim-de-semana foram impressionantes e que estão outras previstas para este fim-de-semana. As manifestações são importantes, mas qual é a força política efectiva do PS neste momento?

M.S.: O PS é a esperança de milhões de pessoas neste país, e tem o suporte popular como raramente terá todo qualquer partido. Somos de facto um grande partido popular, em crescimento, como o provam, as sondagens feitas depois das eleições.

EXP: Há sondagens recentes feitas pelo PS?

M.S.: Não directamente por nós. Há sempre um certo pudor e como que um cumprimento tácito entre as forças políticas em não divulgar os resultados das sondagens.

EXP: Não me pode dar uma ideia das percentagens?

M.S.: Colocam-se à roda dos 51%.

EXP: E os outros partidos?

M.S.: Não tenho conhecimento.

EXP: Não acredito...

M.S.: Não tenho conhecimento, mas parece-me que o PC deceu...

O apoio da Europa

EXP: E no plano internacional?

M.S.: Nesse campo, o PS recebe um grande apoio da Europa.

EXP.: Não há uma certa confusão, benefício para o PS entre uma sua imagem externa social-democrata e uma imagem interna que pretende evitar quaisquer conotações com a social-democracia europeia?

M.S.: O PS nunca disse aos seus camaradas da Internacional Socialista que era social-democrata. Nas conversações que tive com Willy Brandt, Olof Palm e outros dirigentes social-democratas, fui sempre claro afirmando que o PS não é social-democrata, mas socialista. Esta opção é feita, aliás, por outros partidos-membros da Internacional Socialista, como o PS francês, o PS italiano ou o PSQE espanhol.

O nosso programa já era anti-social-democrata antes do 25 de Abril e foi também antes dessa data que entramos para a Internacional Socialista.

Deixe-me só acrescentar que o apoio externo ao PS é extremamente importante, porque Portugal precisa da Europa. O problema não deve ser posto em termos de pressão sobre Portugal, mas em termos de necessidade económica, e note-se que a própria União Soviética, que é uma grande potência acolhe, por exemplo, os capitais alemães, para o desenvolvimento industrial da Sibéria, e nem por isso se diz que está a ser colonizada pela social-democracia europeia.

EXP.: Interroguei-o já sobre as causas da crise e sobre a força e coesão do PS. Chegou o momento de lhe fazer a pergunta fundamental desta entrevista: E agora, Mário Soares? Qual é a estratégia actual do Partido Socialista?

M.S.: Pensamos que esta revolução pode ser ganha ou perdida. Será ganha, se lhe aumentarmos a base social de apoio e chamarmos para ela largas camadas da população, a pequena burguesia, os quadros, o funcionalismo e, ao mesmo tempo, naturalmente, a classe operária, os pequenos cultivadores, etc. Se, pelo contrário, restringirmos essa base social de apoio, se voltarmos a conflitos marginais que nada tem a ver com a luta de classes — como o que se passa agora com o farejo católico — se se insistir no sectarismo, quem detem o poder será obrigado a entrar, uma vez mais, em formas repressivas. Nesta segunda hipótese, voltaremos, necessariamente a uma situação de isolamento internacional que me parece grave.

O PS não deseja isso, quer uma revolução democrática.

A base do Programa do MFA começou por ser no sentido da restituição das liberdades ao povo português; e este não quer voltar a perdê-las. Se o PC, que andou 50 anos a falar num levantamento nacional antifascista que nunca se realizou, tivesse forças para criar aqui uma situação de ditadura comunista, saberia, pela primeira vez, o que é um levantamento nacional, um levantamento nacional anti-PCP, anti-ditadura comunista.

EXP.: Como se insere nessa estratégia, que delinhe em termos muito globais, a contestação que fez do general Vasco Gonçalves, no comício da Fonte Luminosa?

M.S.: Pensamos que é possível

ainda criar um consenso favorável à revolução e pôr em funcionamento uma fórmula de coligação.

Tomar como um dado adquirido as conquistas revolucionárias feitas até agora, mas recriar um clima de confiança nacional propício ao trabalho, ao desenvolvimento da economia, delimitado bem os sectores privado e público, como se vai gerir as empresas nacionalizadas, etc. Isto é, criar um projecto bem concretizado, que possa ser apoiado pelas principais forças políticas, que a nosso ver são o PS, o PPD e o PCP, por ordem de importância numérica e de expressão nacional. Entendemos ser possível ainda criar um acordo. Acordo que pressupõe a manutenção, ao dum MFA numa posição apropriada como garante da revolução em marcha, não se desatando contaminar pelas divisões dos partidos. A hipótese contrária passa, naturalmente, por uma minoria actuando em nome de uma revolução impossível, lança o país numa aventura e leva a uma confrontação, a menos seria no próprio seio do MFA.

EXP.: Tudo isso em que termos se relaciona com a pessoa de Vasco Gonçalves?

M.S.: Na medida em que o general Vasco Gonçalves se identifica com uma certa política, que está expressa nos dois documentos que circulam (um que o EXPRESSO publicou na semana passada, outro que respecta a Frente Unitária Popular), identifica-se, com razão ou sem ela, não se discute isso agora com um determinado partido e com uma determinada corrente. Por isso, a nosso ver, a personalidade de Vasco Gonçalves, não obtém aquele lugar no consenso popular necessário a um Governo de choque, diferente capaz de atalhar o descontentamento que começa a generalizar-se a diversos estratos da população. Um Governo que tivesse os entusiasmos para uma obra socialista de verdadeira reconstrução nacional.

EXP.: O PS tem alguma preferência quanto ao Primeiro-Ministro?

M.S.: O PS entende que o Primeiro-Ministro deve ser da confiança do MFA, de preferência um militar, uma figura de projecção nacional capaz de conciliar a sua volta um ambiente de simpatia e de adesão popular.

EXP.: O seu discurso da Fonte Luminosa e apoiado nalguns órgãos de informação como um tremendo erro de manobra, na medida em que, se o Primeiro-Ministro estivesse para sair já não sairia, depois do ataque que lhe fez.

M.S.: Se é ou não um erro de manobra, o futuro o dirá. Limito-me a exprimir, de uma maneira sincera e respeitosa para a pessoa do Primeiro-Ministro, que não está em causa, aquilo que é o sentimento generalizado no nosso partido e que representa o sentir de uma grande maioria das massas populares portuguesas.

EXP.: Você parece centrar excessivamente a possibilidade ou não possibilidade de um Governo de coligação dos três partidos mais o MFA suprapartidário na pessoa do Primeiro-Ministro. Entende que com outro Primeiro-Ministro o Governo funcionaria? A sua experiência de governo permite-lhe dizer que o problema é essencial-

mente a pessoa do Primeiro Ministro?

M.S.: Não eu não centralizo de maneira nenhuma a questão na pessoa do Primeiro Ministro. Faz bem em pôr esta questão que me permite esclarecer o que penso. Para mim, o essencial não são as pessoas, os ministros ou mesmo o Primeiro-Ministro. O essencial é o projecto socialista comum. Isso implica, da parte do PCP, uma escolha e uma auto-crítica, não se em palavras como em factos, convencer-nos de que está disposto a renunciar ao seu assalto ao poder por processos anti-democráticos.

EXP.: Admite que o PCP faça isso?

M.S.: Admito que a força das circunstâncias e a pressão popular possam levar o PCP a fazer um reexame da situação, uma modificação da sua orientação. Se o não fizer, seremos confrontados por uma situação grave, trágica mesmo, cuja responsabilidade incumbe à direcção do PC. O PCP não é um grupo de extrema-esquerda, e por isso, tem que assumir a sua posição de grande partido nacional, que efectivamente é, e que na hora presente, na Europa, neste país, não pode jogar aos aprendizes de uma Revolução de Outubro de 1917, impossível em Portugal em 1975. Tem que jogar sim no sentido de uma marcha para o socialismo por uma via democrática, como um Partido Comunista Italiano, como um Partido Comunista Espanhol.

O Partido Comunista, que podia ter uma implantação nacional à volta dos 20%, reduziu a sua base de apoio nos seus centros nevralgicos — Marinha Grande, Covilhã, Almada e S. João da Madeira — a pontos de ruralidade. Perdeu-os em relação ao Partido Socialista, está a perdê-los em relação aos grupos de extrema-esquerda, como a UDP e parventura outras organizações.

Se o PCP continua a ter uma política de colagem ao MFA, uma política que pretende inflectir a realidade nacional, através de infiltrações nas cúpulas do MFA e não através de uma larga movimentação de massas populares, se continua a afastar-se das massas populares, perde a sua chance histórica de ter uma verdadeira implantação em Portugal. Penso que, mais tarde ou mais cedo, isso vai ser levantado pelos militantes do Partido Comunista e quanto mais cedo o far melhor, para que essa política aventureirista seja rectificada e corrigida, permitindo a Portugal, através de uma grande coligação de forças de esquerda e com o apoio e garantia do MFA, ser um país colaherante na Europa, na bacia do Mediterrâneo, aberto ao Terceiro Mundo, capaz de resolver a curto prazo os seus problemas, marchando para o socialismo por uma via democrática e pluralista.

EXP.: No último Boletim do MFA diz-se que o PS e o PC são fundamentos. Nesse caso, e perante uma modificação deste tipo do PC, encaramos uma aliança ou um programa comum entre o PC e o PS?

M.S.: Acho que o PS e o PC são fundamentos mas o PPD também o é. Por isso, nunca considero o PS e o PC forças excludentes, mas sim que se podia caminhar para uma ampla coligação de forças, da qual

não tem que sair o PPD que tem a sua face e o seu terreno próprios e que representa um sector importante da população. Nessa coligação, à esquerda do PC, há forças que podem igualmente ser ganhas para o processo revolucionário, devendo, além disso, ser permitida uma oposição legal, quer à direita do PPD, quer à esquerda do PCP.

EXP.: Em que medida a estratégia que definiu há pouco passa pela Conferência de Segurança Europeia, ou a Conferência de Segurança Europeia passa por essa estratégia?

M.S.: Creio que há uma ligação. A política de isolamento internacional de Portugal é verdadeiramente nova e uma política de "detente" e de segurança da Europa.

EXP.: Acredita que vai haver uma Constituição, eleições para a Assembleia Legislativa, um Governo democrático? Como se não o futuro, não na próxima semana, mas no fim do ano?

M.S.: Tenho confiança, no bom senso do povo português e das instâncias militares. Tenho confiança, apesar de tudo, no bom senso do PCP. As coisas aprendem-se com tal grau de evidência, as dificuldades são tantas para nós, revolucionários portugueses — basta pensar em Angola, Açores, Madeira, conflitos do Algarve, no Norte do País, movimento de revoltas generalizadas no país — que a força das coisas levará as pessoas a evitarem as aventuras que podem precipitar o país no abismo.

EXP.: Que tipo de abismo?

M.S.: Um abismo que pode levar a uma tragédia nacional. Por isso mesmo, tenho esperança de que as pessoas serão capazes, em certa medida, de parar esta luta para a frente que tem acelerado o processo, com uma velocidade que causa apreensões aos que conhecem processos similares nas democracias populares, e que haverá uma pausa reflexiva que deixará que as coisas sigam o seu curso e que portanto que a Assembleia Constituinte faça a Constituição, que nos sejam capazes de nos entender num projecto comum que passe pela democracia.

EXP.: Em termos muito sintéticos, perguntar-lhe-ia de novo e agora Mário Soares?

M.S.: Agora, estamos numa momento de viragem, num momento em que todas as pessoas, para além dos interesses dos partidos, para além dos interesses pessoais, têm que pôr acima de tudo o interesse nacional.

EXP.: O interesse nacional é susceptível de diferentes interpretações.

M.S.: Claro. Mas a gravidade da situação actual e de tal grau que Portugal nos seus dois séculos de história, viveu esse tipo de dilacerante — que impõe que as forças de esquerda se ponham de acordo para a construção de um projecto comum. Se o fizermos podemos salvar a revolução e a pátria. Se o não fizermos sabemos que estamos a dar grandes passos à contra-revolução.

A revolução não se constrói nem com chamamentos às brigadas revolucionárias nem com apelos para barricadas, constrói-se com a resolução efectiva dos problemas nacionais do povo português.

Um discurso positivo

O DISCURSO DO GENERAL Costa Gomes, na abertura da Assembleia do MFA que ontem se realizou (ver pág. 1), é uma das raras contribuições positivas, ponderadas e realistas surgidas no decurso de uma crise que, há mais de duas semanas, atinge gravemente o país.

Ao interrogar-se sobre o ritmo da revolução, o Presidente do Conselho da Revolução pôs o dedo na ferida: «Coloquemos por momentos de parte as ideologias que nos animam e verifiquemos humildemente que a quase totalidade do povo esteve com a nossa revolução e hoje temos que reconhecer que isso não acontece». Os acontecimentos do passado fim-de-semana (ver págs. 17, 18 e 19), as notícias sobre a constituição do Governo (ver pág. 1), o prolongamento da indefinição dos responsáveis em matéria de objectivos e de meios para os alcançar, a permanente ignorância da separação crescente entre Lisboa e o resto do país — todos estes factores (e outros se poderiam apontar: que é feito do Plano Económico de Transição? quando saem as medidas de austeridade?) — provocam não apenas o «descontentamento já sensível» e a «perda de ligação do resto do país com a frente da coluna» que Gosta Gomes assinala, mas também o ódio e o perigo de violências extremas entre os portugueses.

Ao interrogar-se sobre a construção da independência nacional, o Presidente da República pôs de novo o dedo na ferida: «A liberdade, a independência e a felicidade do povo português exigem mais senso que idealismo, mais inteligência do que orgulho, mais moderação do que coragem verbal». Para além dos factos indelmentíveis da ligação do nosso comércio externo ao Ocidente e de neles viverem 4,5 milhões de portugueses, há que recordar o dualismo da posição de Portugal na NATO, o adiamento, por motivos óbvios, da decisão da CEE sobre o auxílio ao nosso país e a proximidade da Conferência de Segurança Europeia. A não ser que se opte pela «albanização» total, é, por isso, necessário reconhecer as «actuais dependências do Ocidente», sem prejuízo de se «incrementar a fundo as ligações com os países socialistas e com o Terceiro Mundo», de modo a tornar possível «visonar o momento futuro em que o nosso centro de gravidade político-económico se situe numa área onde se anulam os campos de força dos grandes poderes mundiais.»

Ao interrogar-se sobre o curso da descolonização, o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas pôs mais uma vez o dedo na ferida: «descolonizar é libertar os povos oprimidos, sem os abandonar a outras formas ou poderes opressores». Se a descolonização é «a motivação mais profunda da nossa acção anti-fascista», a «capacidade de motivar as forças militares», no que respeita às «novas responsabilidades em Angola», constitui, na verdade, aspecto fundamental, para que não falhe na ex-colónia (e não se repercuta em Portugal) «um dos objectivos fundamentais da revolução».

Processamento interno da revolução, via pragmática para a independência nacional, conclusão honrosa da descolonização — três aspectos essenciais de uma só questão que está na base dos desacordos geradores da grave crise actual: que revolução é esta e quem manda nela? Sem um acordo maioritário quanto à resposta a esta pergunta, acentuar-se-á o divórcio entre o povo e os detentores do poder e prosseguirá, esterilmente, a fuga para a frente.

Não se trata, portanto, de fazer um compasso de espera para recuperar os retardatários. Trata-se, antes, do saber que são os verdadeiros revolucionários, de conhecer o verdadeiro país, de ter consciência das finalidades democraticamente traçadas e dos limites realistas aos meios escolhidos para os alcançar. E, claro, de não parar a verdadeira revolução.

FERREIRA, Rogério Fernandes

O actual erro da rejeição de técnicos

Rogério Fernandes Ferreira

A EVOLUÇÃO político-social observada no País a partir de Abril de 1974 acarretou a necessidade de um número apreciável de «saneamentos» de pessoas notoriamente fascistas ou irre recuperáveis para a Revolução que se deseja fazer.

Todavia, ocorreram igualmente saneamentos de técnicos politicamente neutros e nalguns casos progressistas, ocasionalmente partidários de correntes políticas algo divergentes (no plano dos princípios) das dos saneadores ou por estes reputadas menos adequadas à sua maneira de encararem o tema «Revolução» (?). Onde parará o processo? É evidente que não pára, pois a Revolução tem de continuar e há ainda muito a fazer.

Em inúmeras empresas os problemas actuais são verdadeiramente complicados, cheios de dificuldades que vêm do antecedente, mas que carecem de solução. Em muitos casos praticaram-se actos ou houve omissões contrárias às disposições legais ou foram cometidos erros de gestão notórios. Surgem assim necessidades de consulta ou pedidos de auxílio a profissionais idóneos e competentes. Estes é que poderão elaborar relatórios correctos explicativos das ver-

dadeiras situações existentes e serão quem poderá sugerir ou traçar novos caminhos possíveis.

Acontece que todo este trabalho técnico envolve o profissional. Ser colaborador faz passar a elemento suspeito.

Só quem está envolvido nas situações sabe dos fundados receios dos profissionais em serem julgados, a quase certeza de que, aparecida a calúnia ou a mentira torpe, não lhes será fácil encontrar meios de repor a verdade, de modo inequívoco.

Podem também dizer-se que os ataques apresentados de modo genérico aos quadros técnicos de gestão de empresas comecem a tornar-se gravosos e traumatizantes.

Há tempos, num boletim do MFA diziam o seguinte:

«A socialização não agrada aos quadros médios e superiores pela simples razão de que ninguém gosta de perder privilégios, sentir que a velha autoridade lhes foge ou mesmo que o tão necessário 'apertar o cinto' lhes diz respeito, além de que muitas vezes possuem estruturas mentais demasiado ligadas à antiga sociedade e são incapazes de se adaptar à nova ordem.

Os trabalhadores das empresas nacionalizadas sabem que delas

depende uma grande parte da produção nacional e por isso têm que ser vigilantes perante os incompetentes, os burocratas, os oportunistas, os autocratas, os viciados e todos os que nessas empresas continuam a actuar como nos outros tempos.

São pessoas que muitas vezes dispõem de grande poder administrativo nos quadros das empresas onde se encontram, que ascenderam a lugares preponderantes por mérito possivelmente discutível e que continuam a usar deficientes formas de gestão e direcção. Desta forma, continua a ser subtraída, agora ao serviço público, muito dinheiro que faz falta ao País e que constitui também evidente sabotagem económica, pelo que há que exigir responsabilidades a essas pessoas.

Não se nega que existissem «quadros» e pseudo-especialistas nas condições apontadas. Porém, importa evitar precipitadas generalizações que favoreçam aproveitamentos oportunistas de climas emocionais ou que causem injustiças sociais e legítimos ressentimentos nas vítimas.

De um modo geral, os autênticos especialistas portugueses que hoje rondam os 40 anos conseguiram o seu cabedal de conhecimentos teóricos e práticos através de uma vida de estudo e de contacto com realidades económicas portuguesas e estrangeiras. Muitos atingiram reputação à custa de um esforço continuado e através de provas de competência, apresentadas ao longo da sua carreira.

Claro que trabalhavam para unidades capitalistas, mas na altura não havia outras. As magras remunerações do funcionalismo público numa sociedade competitiva e deficiente e os sistemas de trabalho de certos departamentos oficiais afugentavam muitos bons profissionais.

Naturalmente que a opção pelo estudo e trabalho técnico era alternativa de vida que muitos escolheram. Nascidos neste País, enquadrados desde nascença em estruturas económicas, demográficas, sociais, culturais e políticas que os esmagavam, outras alternativas honestas que não fossem dedicação ao trabalho e estudo apresentavam fraca viabilidade.

Se a vida era dura para todo o Povo igualmente o era para aqueles que, filhos de trabalhadores, queriam vingar na vida, frequentando as escolas nos poucos locais em que as mesmas existiam.

Muitos vinham dos campos, das aldeias e das vilas para as

ciudades. Procuravam empregos que possibilitassem a sua sobrevivência e o estudo nocturno. O recurso era a escola comercial ou industrial. E quem tivesse muita vontade e suportasse muitos sacrifícios conseguia ser contabilista, economista, etc., com razoável classificação.

Aparecia então um emprego numa empresa capitalista. Os hábitos de trabalho adquiridos ao longo da juventude e a disciplina que isso acarretava produziam técnicos valiosos que, singrando profissionalmente, ficavam atarefados.

Surgem assim tecnocratas, homens que não se preocupam com deveres políticos até porque sentiam nos contactos que a vida lhes ia proporcionando os sérios bloqueamentos existentes.

Todavia, as pessoas apontadas não são em geral os necessariamente fascistas. Precisam, sim, e de ser movidas para novas finalidades (2). Optara-se no País por uma política económica desenvolvimentista, aceitando a acumulação do capital e a exploração injusta, procurando o robustecimento das unidades empresariais, com minimização dos aspectos sociais e da justa partilha do valor acrescentado.

A referida política económica exigiu profissionais sabedores apegados às meras preocupações do seu trabalho, com hábitos mentais de introspecção e análise que, em regra, não os conduziam a arautos da Revolução.

Contudo, a autêntica Revolução Portuguesa não precisará somente de paladinos e de propagandistas, pois exigirá também gente para as tarefas técnicas, gente que saiba das suas profissões, gentes de conduta séria.

Não se podem afugentar profissionais competentes, necessários ao País, retirando-lhes os cargos e não lhes atribuindo tarefas. Há que combater a errada ideia de que se era tecnólogos em que se vive é possível realizar uma Revolução Socialista rejeitando o papel dos quadros — engenheiros, economistas, etc. Se se põe aqui a questão nestes termos é porque se observam, por um lado, casos de má gestão por carência de profissionalismo, e, por outro, rejeições ou fugas do País de técnicos de alta capacidade.

Há tempos (in «Jornal» de 6 de Junho) o escritor Fernando Namora observava que «todas as revoluções tiveram os seus éxodos. A nossa não poderia ser uma excepção. Desertam os feudais, debandam os opressores, os ávidos e os parasitas,

fugem os contra-revolucionários, escapam-se todos os que, por isto ou por aquilo, sentem as garras sufocadas numa atmosfera cuja composição se modifica! Deixa-os ir. Deixa-os ir se forem de inutilidade recuperável».

Mas não partem só estes. Não partem apenas os que, com a sua debandada, produziram o vózer português. Também se retiraram alguns daqueles que, hoje como ontem, não conhecem trabalho e estimo na sua própria terra. Partem de coração ferido. Também se retiram alguns dos que, pela especificidade da sua função, verificam que, no País de todos nós, o mérito, a competência, o brio, a dignidade nem sempre são valorizados. De coração ferido, partem. Partem os que recebem a instabilidade, a tonta subversão das hierarquias, os que têm filhos à deriva, partem os técnicos sem emprego ou de futuro incerto, os empreendedores desolados, os experientes desaproveitados, partem muitos daqueles que bem desejariam participar na edificação de uma sociedade nova.

Estão a abandonar-nos alguns dos melhores. Os que a quem Lenine chamava «as memórias dos olhos» de um País. Fazem qual fosse a sua inteligência. Abandonam-nos de coração ferido — e isto representa uma terrível sangria, a mais debilitadora das sangrias...»

Termina-se, pois, pedindo que quem pode faça alguma coisa para, livremente, se evitar o éxodo desses alguns de que fala Namora não por serem dos melhores (a altura não é para elitismos) mas porque são necessários e podem desviar ser recuperados ou porque nem tal problema se põe e apenas pretendem que os deixem participar na ingente «batalha económica» a começar neste País. De contrário, tudo poderá perder-se não só por falta de vontade mas também por incompetência e não uso de inteligência.

Rogério Fernandes Ferreira

(1) Claro que estamos aqui a repetir-nos a sacarecemos átos selvagens ou a particularismos que uma Revolução envolve. Precizadamente são tais casos que comprometem necessários passos, em frente.

(2) Não se pode esquecer que foram os quadros militares que combateram nas colónias quem preparou o 25 de Abril e são hoje eles os promotores da nova Revolução Socialista.

TAVEIRA,

Tomás

O ENSINO DA ARQUITECTURA CONTINUA na ordem do dia — está a proceder-se à reforma da Escola de Belas Artes de Lisboa — não sem problemas TOMAZ TAVEIRA, professor da Escola, fala do seu projecto de ensino. Depois ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA, colaborador do EXPRESSO — que acaba de reunir os artigos aqui publicados em livro — dá a sua opinião sobre o problema do êxodo dos quadros técnicos. Um sociólogo brasileiro, Fernando Alberto dos Santos Fonseca dá a sua visão da revolução portuguesa e da função do MFA, em artigo que nos enviou.

Arquitectura: projecto generativo de ensino ou aventura?

Tomás Taveira

ESTE ARTIGO ainda escrito em 1974 pretende ser a continuação daquele que surgiu no Expresso de 22 de Março de 75 onde se procurou pôr em evidência, que há neste momento no mundo, e particularmente em Portugal, a necessidade imperiosa de se fazer recurso a diferentes tipos de profissional, ou a uma profissão com um território vasto em termos de métodos e de intervenção, como será o Arquitecto e a Arquitectura.

De facto é da fundamentação e explicitação desses diferentes territórios que resultará a determinação dos diferentes cursos, dos diferentes departamentos a criar numa faculdade de Arquitectura e Planeamento.

Efectivamente algumas coisas aconteceram (1) de então para cá que conduziram a que tivéssemos que fazer algumas alterações, ou melhor, suspensões quanto a um certo tipo de reticências que dizem respeito às formas de gestão e controle postas em alvivo pelo estado MEC — te cuja metamorfose em MEIC nada traz de novo) e que reflectem o prolongamento dum pensamento neo-clássico retardado.

Neste momento é imprescindível que o País inicie com um grande atraso, (pelo menos do 25 de Abril para cá...) a utilização de: Arquitectos capazes de fazerem um edifício ou um pequeno conjunto de edifícios, o Arquitecto clássico: Arquitectos capazes de produzirem Planos de Urbanização, dentro da

mais actual ciência do Planeamento Urbano, e de Arquitectos capazes de se integrarem em equipas de Planeamento Regional comandando-as no que se refere ao Ordenamento Geral do Território, e sem que façam uso do "sentimento" ou das "modas". O país terá igualmente necessidade urgente de utilizar teóricos, pessoas cujo labor mental será acima de tudo a preparação e a afinação de métodos, e da actividade docente nome a palavra, pessoas que dediquem a sua vida à pesquisa, à preparação do grande futuro deste país.

Se isto é uma verdade, ao que supomos incontroversa, impõe-se que o Governo e os nossos dirigentes ganhem uma consciência inequívoca desta necessidade, a preparação de profissionais ao nível que atrás se refere, que por sorte de prestigitação e subdesenvolvimento ainda não fizeram a sua aparição.

Assim parece-nos não ser de modo algum admittível o propósito do MEC sobre a regulamentação da E.S.B.A.L. e onde se colocam os destinos de um curso tão complexo e com tais implicações filosóficas e científicas como o de Arquitectura, isto é, tal como ele é entendido nos Países culturais e mentalmente evoluídos, ao nível de um Departamento, e precisamente numa fase de vida nacional que poderá ser aquela, que maior espaço de manobra exige como estratégia em ordem às correções que se imponham no prazo da

viagem do pensamento. A posição do MEIC não representa assim mais quase do que a continuidade clássica do pensamento desenvolvido anteriormente por toda a Sociedade Portuguesa, e que se impõe alterar, com a energia possível. O Arquitecto não poderá continuar a ser entendido como um produto burguês para consumo de senhoras ricas, especuladores e políticos progressistas, e a desenvolver o brilhantismo da sua mente colorida em serdes da sociedade requintada, aquela que precisamente está em posição de compreender o que são as Belas Artes...

Por este consenso muita gente se bateu mas é importante que se anule quem ainda se baseia, pelo que representa de retrógrado, improdutivo e ofensivo.

O Arquitecto será um valor positivo da sociedade, que o enquadra, se a ele for dada a capacidade de intervenção que o ordenamento do Território da Casa, da Rua, do Bairro, da Cidade ou da Região, justificam como prioridade, assumido sem hesitações os novos valores Sociais, Económicos e Políticos. Usar o Arquitecto será um valor a adquirir pela Sociedade Democrática Portuguesa dado que ele é um valor a utilizar (pelo povo) na sua superior função de organizar o mundo físico que será alienante ou acolhedor, consoante os meios políticos e económicos de que os técnicos dispõem para organizar as localizações humanas.

Um regulamento, quanto a nós só tem significado quando traduz uma Ideia de Estrutura, e quando esta conquista a sua validade de acordo com os objectivos muito claros e lúcidos a alcançar. Deste modo cri-se honestamente, que no regulamento de gestão da universidade no que diz respeito à E.S.B.A.L., o objectivo se reduz olímpicamente a salvar a face da Democracia (!!) das relações entre trabalhadores Administrativos, Docentes e Discentes, importante, mas muito pouco em relação ao que se torna imperativo, e que seria pois o tentar pôr em acção, uma nova Estrutura Pedagógica, que porventura tenha um mínimo de articulação com o que o país necessita em termos técnicos ao nosso nível, e com o que o Governo Provisório a sair do 11 de Março tenta pôr em alvo e pensa ainda poder vir a utilizar, como definitiva conquista revolucionária.

Impõe-se desde já pelo menos que haja assim uma autonomia como se disse atrás, do Departamento de Arquitectura, de tal modo que ele principie a trabalhar dentro da nova estrutura universitária, a Universidade Nova (ou ele só serve elites) autonomia que não terá necessariamente que ser física, de imediato, parecendo até operacional, para já, ficar no Convénio de S. Francisco, apesar de toda a falta de apoio legislativo.

Isto dizíamos nós há já alguns meses, no tempo inicial do IV

Governo Provisório e parece-nos que deve ficar dito para o que der e vier... E já algumas coisas vieram cujo presságio é ainda nebuloso. Continuando... "Deste modo, e clarificando, parece-nos básico para além da inserção imediata na Universidade, que se possa em acção urgentemente um curso onde o tómos dos Estudos Urbanos e da Ciência Regional mais directamente se explicitem, ao mesmo tempo que se dá ênfase à Criação Arquitectónica e à Teoria, através de três licenciaturas."

Isto conduziu a que se organizasse o curso em três licenciaturas que devem como é natural ter um Bachelato Comum.

As razões básicas para um tipo de opção desta natureza são de duas ordens: A primeira refere-se à necessidade urgente de preenchimento de quadros ao nível de alguns territórios enquadráveis na Ciência Arquitectónica e que ainda não apareceram no nosso país, tendo sido a mais das vezes com tarefas entregues a "curiosos" ou "empíricos".

Estão neste caso os territórios de intervenção conhecidos por Planeamento Urbano e por Planeamento Regional de que o país e o (Governo) carecem para serem minimamente intencionais...

A segunda ordem de razões diz respeito à não possibilidade de opção inicial entre um Curso de Arquitectura clássico, produzindo arquitectura construtiva de objectos como se disse atrás, contra um curso de Arquitectura que o não fosse para ser apenas de Planeamento... ou de Teoria (o que era mais problemático dada a nossa pobreza cultural e epistemológica... Assim as três licenciaturas permitiam cobrir os três fundamentais territórios da Arquitectura (Arquitectura, Planeamento Teoria e História), do mesmo modo que davam lugar ao aparecimento de novas carreiras profissionais, umas delas a do ensino.

Isto porque supomos que a curto prazo, tudo serve. Ou melhor, que a classe dos Arquitectos pode a curto prazo com a ajuda dos mais prestigiosos profissionais e não só dar corpo às tarefas de reconstrução dum caminho diferente daquele escolhido pelo Fascismo, e que comporta agora o plano de Urbanização mais largo, o projecto dos edifícios de equipamento e ainda dos infelizmente chamados Bairros de Habitação económica... e já também uma certa perspectiva para um novo ordenamento do território.

Enquanto a médio e a longo prazo serão as novas gerações que deverão estar preparadas e apetrechadas com uma infraestrutura cultural inteiramente diferente, sendo-lhes permitido e necessário a criação de condições de uma intervenção a grau al-

tamente diferenciado daquele que tem sido possível até aqui.

De facto o país carece a longo prazo duma eficaz reconstrução Urbana, da Reformulação do conceito de área Metropolitana (que neste momento se põe com rara agudeza em ordem ao Porto e à Lisboa) assim como da reformulação do conceito de Pólo de Desenvolvimento, e de uma nova atitude para com os problemas de Recordenamento geral do Território, Planos Regionais e Sub-Regionais; tarefas que só podem vir a ser asseguradas por uma parte desta nova geração de arquitectos, formados sob estruturas diferentes, métodos diversos dos antigos, e sob objectivos e direcções inteiramente novos.

Por outro lado impõe-se a criação dum clima geral de aprimoramento das razões intelectuais e do rigor do Raciocínio em relação à tão apregoada e difícil conquista da objectividade das Artes, que teria dois tipos de incidência e provável resultado.

Um dizendo respeito à criação de intelectuais arquitectos com um domínio invulgar da Filosofia, da História e da Teoria do Conhecimento, que poderia vir a ser muito importante como fornecimento de quadros para a investigação histórica, para a organização da pesquisa, para o fornecimento de quadros adaptados à actividade docente. O

outro dizendo respeito ao super criador e ainda-Artista, um quase Messias, homem de descobertas e invenções, e de rigores Políticos, importantíssimo enquanto criador de objectos singulares que, quer se queira quer não, será ainda um dos grandes dominantes (...) territórios da nossa intervenção, isto é, o arquitecto clássico.

Tudo quanto se disse atrás (qualifica) constitui um prolongamento de considerações gerais referentes a um estado de necessidade imediata, e a um misto de atitudes só verificáveis e explicitáveis, com rigor, a longo prazo.

De facto põe-se o problema de abrir a "escola" com uma regra inequívoca que responda às reais necessidades do ambiente económico social e político português, e que os estudantes e professores possam ser necessário. Tomar para arranque, como se disse atrás, a criação de um curso de Arquitectura com um bacharelato comum com três licenciaturas: Arquitectura, Planeamento e Teoria e História de Arquitectura, as quais se constituíram em Departamentos autónomos a cinco anos(!) (tempo necessário para a própria Faculdade fabricar os seus próprios docentes através de cursos de pós-graduação já de acordo com

os novos valores científicos) e mais tarde se poder dar autonomia a cada um dos departamentos criando-se o que seria talvez mais correcto, três Faculdades...

Das considerações anteriores que intencionalmente não quisemos alterar (embora estivessem já escritas há bastantes meses) mas apenas "suspender", pode inferir-se que alguns Professores, não só um tanto como profissionais e aprendizes duma nova ordem, mas também como responsáveis por uma moral de acção que o País, o verdadeiro país, não pode deixar jamais de exigir, estão conscientes do papel que caberá à Arquitectura dentro do domínio da Ciência e Técnica entendida do modo como a temos vindo a explicitar.

Assim e sem que se possa confundir auto determinação e independência, com juízos de valor em relação aos restantes docentes da E.S.B.A.L., que desempenham com a honestidade possível, o seu próprio papel, pede-se ao Senhor Ministro o Diploma Orgânico pelo qual a E.S.B.A.L. se reger, no sentido de dar ao Departamento de Arquitectura uma completa autonomia Pedagógica e Administrativa, criando a 1.ª Faculdade de Arquitectura do País.

Assim, não só as considerações técnicas impõem uma acção

imediata e clara do MEIC, como também a responsabilidade perante o País e justifica; como ainda avançamos que no-lo dita a nossa própria consciência de docentes".

Isto dizíamos nós quando ainda acreditávamos que entre o MEIC, um patrão policéptico, e os seus empregados, não houvesse o sentimento de má consciência que conduz à aceitação da linguagem totalitária.

Por isto mantemos aquilo que já havíamos afirmado oficialmente ao mesmo tempo que nos mantemos dialecticamente vigilantes.

NOTA

(1) Foi criada por despacho ministerial na última semana uma Comissão Instaladora de uma Escola de Arquitectura e Planeamento (!!!), e de um modo inteiramente fantasma; isto é, sem que Professores, Alunos, e Instituições Profissionais tenham sido sequer informadas de tal propósito. Não é brilhante para quem se integra num Governo que se reclama do Socialismo. Ignoramos esta situação ao nível deste escrito, intencionalmente, visto que a ela pensamos referirnos oportunamente e a dois níveis, um técnico, e outro pessoal, se porventura este prestigioso jornal me continuar a ouvir com a sua complacência...

Rectificação

NA SEMANA PASSADA ACONTECEU um lapso que podia ser trágico se os dois implicados o não tomassem com tanta leveza e sentido do humor, desdramatizando desde logo o incidente.

Acontece que publicámos um artigo de José Augusto Brandão sob o nome de Tomás Taveira. Ambos tratavam de problemas do ensino em arquitectura. Suscritos, pois, aos nossos leitores que releiam o artigo do número passado, sabendo agora que ele é de José Augusto Brandão. E que leiam agora o de Tomás Taveira que aqui publicamos.

Questão açoreana preocupa o Continente

UMA longa conversa de cinco horas no Palácio de Belém, na quinta-feira à noite, teve como tema quase exclusivo a situação política dos Açores. O Presidente da República conferenciou com o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e com o almirante Pinheiro de Azevedo que recentemente pôde contactar com altas individualidades norte-americanas, na sua deslocação aos EUA.

A preocupação de Costa Gomes pelo agravamento da situação nos Açores foi aliás patente no seu discurso de ontem na Assembleia do MFA (vide notícia nesta página e editorial na pág. 10).

Também na Assembleia do MFA, o General Altino de Matalhães, indigitado para presidir à Junta Governativa dos Açores, fez uma exposição explicando as condições políticas do arquipélago, e a necessidade de a Junta

a tornar corresponder à representatividade das forças partidárias locais, sob pena de atingir o ponto de ruptura a contestação açoreana, já hoje intensa, a várias facetas do processo político português.

Aliás, o início da sessão da Assembleia do MFA seria marcado por um incidente polarizado nos Açores. Foi distribuído aos 240 delegados um documento da 5.ª Divisão do EMGFA sobre os Açores. Nêle se fazia eco de posições de alguns partidos de esquerda revolucionária, recentemente comunicados em Lisboa, a elementos do Conselho da Revolução.

A distribuição surpreendeu a mesa, e motivou a estranheza manifestada pelo Presidente da República. O documento fora elaborado pelo Tenente Cabral, da 5.ª Divisão.

Durante a Assembleia foram

também apresentadas outras propostas referentes a este tema.

Entretanto, ontem foi divulgado um comunicado do Grupo de Trabalho do MCS sobre os Açores com dois militares em que se critica a forma especulativa como alguns jornais do continente estão a noticiar os acontecimentos nos Açores.

Delegação do PPD em Belém

Anteontem estivera em Belém, em audiência concedida pelo Presidente da República uma delegação presidida pelo Secretário Geral, Emídio Guerreiro.

A delegação (formada por Francisco Pinto Balsemão, Júlio Castro Caldas e Furtado Fernandes) que teve uma entrevista de mais de uma hora e

meia, parte hoje para os Açores, onde irá dialogar com os militantes do Partido para tentar ultrapassar a situação de tensão, agravada nas últimas semanas.

destró da República Portuguesa», a entrega do «República» aos seus «legítimos proprietários» e da Rádio Renascença à Igreja. Prevê-se, de resto, que este último

tema tenha proporcionado o apoio à manifestação por parte do Episcopado local, levando à mobilização de largas camadas da população dos campos.

Domingo quente no Funchal

Uma manifestação convocada pelo núcleo regional do PPD para o próximo domingo no Funchal provocou uma tomada de posição do UPM. (União do Povo da Madeira), de comissões de trabalhadores e de moradores locais, convidando as massas populares a organizarem barricadas às entradas da cidade e os trabalhadores dos transportes a boicotarem a concentração prevista de manifestantes provenientes das zonas rurais. A manifestação que inicialmente visava exigir a demissão da Junta de Plantamento local e apoiar o governador civil e militar do arquipélago, Brigadeiro Carlos Azeredo, terá agora, porém, como temas de mobilização, a defesa da «autonomia da Madeira



No início da Assembleia do M.F.A. — um documento inesperado

SANTOS,

Almeida

Demissão de Almeida Santos: “Não sei se o defeito é meu se da revolução”

NA SEQUÊNCIA da crise aberta pela saída do PS do Governo, o ministro Almeida Santos apresentava, no fim da semana passada, a sua demissão, por cartas enviadas ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro. Na carta ao General Vasco Gonçalves, Almeida Santos diz osso um ministro fácil de substituir

SENHOR PRESIDENTE da República
Escelência

Após profunda meditação, decidi apresentar a V. Ex.ª o meu pedido de exoneração do cargo de ministro da Coordenação Interterritorial.

Faço-o com a consciência de que, não por culpa, mas a propósito da actual crise governativa, e esse o meu dever de lealdade para comigo mesmo, para com V. Ex.ª, o Senhor Primeiro Ministro e o MFA.

Lealdade que implica, antes de mais, um dever de identificação com as perspectivas políticas do

ou até de não substituir...» e acrescenta mais adiante: «Não sei se o defeito é meu se da Revolução. O futuro dirá se foi ela que avançou demais ou eu de menos».

A mesma ideia é desenvolvida na carta ao General Costa Gomes que reproduzimos na íntegra.

processo revolucionário em curso. É acontece que, após as últimas deliberações da Assembleia de Delegados do MFA, me dou conta da minha real incapacidade de, coerentemente, continuar identificado com elas.

Debalôr lenta, se fosse capaz disso, enganar-me a mim próprio. E, se até aqui pude, ao que julgo, não ser um muito mau ministro, passaria a sê-lo, seguramente, desde agora.

há mais de meio século que me considero socialista independente e a minha luta pela emancipação de África data do meu primeiro contacto com ela.

Acceitei com júbilo o convite que V. Ex.ª pessoalmente me transmitiu para colaborar no processo de descolonização, e pus nele todo o meu entusiasmo e ao serviço dele a minha experiência de jurista e de colono. Soube sempre que, para além do descalabro da minha vida profissional, me acarretaria incompreensões de toda a ordem. Mas a recusa era impossível porque a minha identificação com os objectivos a atingir era total. Foi assim que, em perfeita coerência, jurei fidelidade ao programa do MFA.

Findo, ou pouco menos, o processo de descolonização, na parte que directamente me dizia respeito, põe-se-me com rude clareza, a questão de saber o que é que se mantém do programa a que jurei lealdade. E concluo que o processo revolucionário vem sendo e promete ser sujeito a tal sorte de aceleração que me deixau, irremediavelmente para trás.

Em reunião do Conselho de Ministros a que V. Ex.ª presidiu, tive oportunidade de expressar o

meu receio de que a revolução não existisse respeitando o seu próprio ritmo, medido pela capacidade do Povo Português em absorvê-lo. Estou hoje, mais do que nunca, convencido de que essa antinomia conduzirá, se é que não conduziu já, a um total divórcio entre o Povo e o MFA, relegando para o domínio da ficção a desejada aliança entre um e outro.

Procurei evoluir e evolui. Aceito hoje soluções e princípios que só com total ausência de sinceridade acceitaria em 25 de Abril de 1974. Mas não acompanho, decididamente não, a passada do MFA, medida pelas mais recentes deliberações da Assembleia dos seus delegados. A reiterada revogação de leis promulgadas apenas na véspera, a pretexto da sua obsolescência; a parcelização do poder político em estruturas paralelas que se não conjugam e, por vezes, se contradizem; a diluição e a quebra da autoridade a todos os níveis; a quase hostilidade ao regime de legalidade, com a

consequente incerteza das situações e negócios jurídicos; o frontal desistimento de iniciativa privada antes que possa ser suprida pela iniciativa pública; a aparente indiferença perante as consequências económicas da maioria das inovações políticas; a transigência sistemática com situações de facto surgidas ao arripio dos mais respeitáveis sentimentos populares; uma ausência de originalidade política que perigosamente se confronta com soluções consagradas e hábitos inveterados, assim desnecessariamente geradores de reacção irreversível; um certo indiferentismo perante o concreto Povo que temos, à saída de meio século de fascismo escolástico; tudo isto, e o mais que por desnoçário não refiro, me perturba profundamente e me esteje de perplexidade e de recio. E não compreendo como é que, ao mesmo tempo que uma assembleia de representantes do Povo, directa e universalmente eleitos, prepara a constituição do País, prevista no programa do MFA, este mesmo, através da sua Assembleia de Delegados, vota um esquema de democracia popular, a partir de bases não directas e universalmente eleitas, logo necessariamente carecidas de um acto de reconhecimento que só pode descer das cúpulas, de tal forma que, se bem ajunto, o poder que sobe é o mesmo que previamente desce. Isto para não referir a perturbação que em mim provoca a previsão de tribunais populares para todas as causas civis, assim de um golpe se situando para o ceto dos papéis da história esse monumento sem par da nossa civilização que é o sistema jurídico de base romãnjermanico-germânico. Senhor Presidente, para se substituir uma lei reaccionária por uma lei progressista, não se faz mister destruir a base jurídica tradicional!

Nada disto tem que ver, em meu juízo, com a realização ou não realização de um programa socialista. Pelo contrário, são e de certo a menor, a minha apreensão de que estejamos de tal modo

misturando com uma programação socialista, improvisos perigosamente impopulares, que o Povo acabe por identificar o socialismo com aquilo que detesta, de igual modo acabando por detestá-lo. Nessa medida, bem pode acontecer que estejamos, na mais socializante das intenções, a fazer o jogo da reacção.

A reacção tem sido a razão imediata das nossas sucessivas fugas para a frente. Acho que devemos continuar a precaver-nos contra ela e não fugir a minha quota de responsabilidade nas decisões tomadas. Mas é talvez tempo de balanço. E porventura se impõe a conclusão de que, de tal modo nos houvémos, que mais a estimulámos do que a prevenimos.

Nem todos os que hoje se nos opõem são reaccionários. Se fossem, teríamos estado de conscienciosamente prescindir do apoio popular como suporte do actual regime. Teríamos, numa palavra, de dizer adeus à democracia, directa ou orgânica, popular ou burguesa. E essa uma fatalidade que me recuso a aceitar.

Deixo o meu Ministério pouco antes de sua prevista morte natural. Nessa medida, seria cómodo e tentador aguardar que morresse, em glória saindo do Governo sem me demitir ou ser demitido. Mas uma vez mais, não seria isso legal nem correcto. Daqui por diante, eu teria de ser necessariamente um simulador. E não ser.

Guardo, da minha passagem pelo Governo, gratas recordações, com destaque para as gentilezas e deferências que de V. Ex.ª sempre recebi, e sinceramente agradeço. Conheci pessoas, jiz amizades. Continuo a considerar-me dentro da Revolução e com ela. Apenas desfilado dos seus impetus mais insalubres. Retorno o meu lugar na colina.

Continuarei enquanto não lhe dispensado disso, ou exonerado, a assegurar o expediente normal do Ministério.

Acteis, Senhor Presidente os protestos da minha maior consideração.

Almeida Santos

18-19-20 de Julho: um fim-de-semana de ruptura

O FIM DE SEMANA passado (18, 19 e 20) pode considerar-se como ponto de confluência de três grandes linhas de acção: Por um lado, atingiu o seu ponto mais alto a crise governativa, centrada na pessoa do Primeiro-Ministro, General Vasco Gonçalves. Por outro lado, numa prova de força entre partidos (decreto também ataca a situação do Governo Prorrogatório), sucederam-se as conclusões directas, tendo por proximo próximo a manifestação do PS em Lisboa, e dando lugar à montagem de barricadas em vários pontos do território. A iniciativa pertenceu a diversas organizações sindicais, intimamente ligadas à Intersindical, e foi apoiada por vários partidos políticos, designadamente pelo PCP e pelo MDP/CDE. Finalmente, a somar-se à crise governativa e ao choque PS/PCP ganharam dimensão, atingindo por vezes níveis de violência, diversas formas de manifestação de largas camadas populares no norte e no centro do país. Isto sucedeu ao termo de uma semana antinatural para algumas manifestações sindicais de organização defensoras do poder popular em Lisboa e Porto. Mas uma leitura atenta revelará que o norte do fim de semana, traduzindo talvez uma sublimação de recalamentos políticos e sociais, nada teve a ver com a orientação letista preconizada por vários partidos da esquerda revolucionária.

P.S.

(na oposição) contesta Vasco Gonçalves



Na Força Luminosa: O PS põe em questão, pela 1.ª vez, o Primeiro Ministro



Abri de 74...

A crise governativa

A crise governativa

Conforme o último EX-PRESSO referiu, no sábado passado reuniram-se em S. Julião da Barra os generais Costa Go-

E Costa Gomes não foi à R.T.P....

Vasco Gonçalves insistiu para que Costa Gomes fosse à Televisão fazer um apelo público aos partidos políticos e aos representantes para que não impedissem os seus militantes de participarem, a título pessoal, no 5.º Governo Provisório. O objectivo era claro: tornar patente a solidariedade do Presidente da República com a ideia de um Go-

"Governo de Unidade Nacional"

O desejo de formar um Governo com membros dos 4 partidos que constituíam a precedente coligação, convidados a título individual, e com elementos apartidários, deparou logo

«O PS põe em questão Vasco Gonçalves»

Portém, a crise governativa veio a atingir a sua máxima expressão a partir da noite de sábado. Na verdade, no Comício do PS realizado na Ponte Lusitana, Mário Soares, pela primeira vez se manifestou expressamente contra a presença de Vasco Gonçalves na chefia do Governo. Ao mesmo tempo que atribuiu às cúpulas do PCP a responsabilidade da subida do descontentamento popular de que a contra-reacção se está aproveitando, afirmou:

mes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho. O objectivo era a elaboração de um documento que harmonizasse os seus pontos de vista acerca da actual situação política, e espe-

verno de Unidade Nacional defendida pelo General Vasco Gonçalves.

O que veio a suceder, foi, contudo, diferente. Ao fim da tarde de sábado, o Presidente Costa Gomes tornava público um comunicado do seguinte teor:

— Então se ser feitas todas as esforços para a rápida constituição do V Governo Provisório que continuará a tarefa de orientar a Administração Pública no sentido da vontade popular já expressa por várias formas;

desde o seu aparecimento com a oposição dos órgãos nacionais do Partido Socialista. Alguns elementos da ala esquerda do mesmo Partido pareciam, no entanto, aceitar a permanência do Primeiro Ministro e a presença ao Governo sem ser como representantes do seu partido. Este estado de espírito explicaria, depois, os contactos estabelecidos pelo Primeiro Ministro Vasco

— «A situação portuguesa é de tal maneira grave, o ambiente requer tanto um Governo de salvação nacional e de unidade das forças populares, que não dizemos daqui ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução que o Primeiro-Ministro designado para constituir o 5.º Governo Provisório não nos parece ser, neste momento, um factor de coesão e de unidade nacional. Portanto, dizemos-lhe, com a autoridade de sermos um partido maioritário na representação do povo português, que será melhor eles escolherem outra individualidade que dê mais garantias de apartidarismo real,

cificamente a crise do Governo. Segundo fontes bem informadas, dessa reunião teria saído um documento a examinar pelo Conselho da Revolução. No próprio sábado, também esteve reunido

— A retirada do IV Governo Provisório de partidos fundamentais implicará a constituição de novo Governo sem o carácter de coligação partidária;

— No entanto o respeito pela vontade do povo português cria a necessidade de se representar várias correntes socialistas do pensamento político;

— Nestas condições confia-se que os partidos colocarão em primeiro plano os interesses nacionais evitando qualquer obstáculo

Gonçalves nas segunda e terça feiras seguintes, com vista à composição do 5.º Governo Provisório (como, por exemplo, os convites dirigidos a Lopes Cardoso, António Reis, Rui Polónio de Sampaio, José Luís Nunes, Carlos Laje, A. Rodrigues, João Guterres, que serviu de intermediário, e a sondagem a Luís Filipe Madeira).

Quanto ao PPD, não era

para que possa formar um Governo de coligação nacional. E esclareceu: «O Partido Socialista deseja que o Governo seja presidido por uma personalidade do MFA. Infelizmente, deseja que ela seja, com provas dadas, efectivamente apartidária, acima dos partidos e independente de eles».

Salgado Zenha — que falou a seguir — disse que no general Vasco Gonçalves merece a homenagem do povo português «pelo que seria apupado pela multidão que não cessava de gritar «Fora o Vasco», mas acrescentava: «em democracia não há lugares vitálicos e o único lugar vitálico é o do povo português».

este Conselho, sendo provável que tenha examinado as propostas do Primeiro Ministro para a resolução do impasse gerado pela saída de vários membros do 4.º Governo Provisório.

partidário a que militantes seus sejam incorporados ao V Governo a constituir.»

Pela primeira vez, o General Costa Gomes invocava a sua qualidade de Presidente do Conselho da Revolução num Comunicado ao País. Por outro lado, ficava em claro as ideias de que o Governo de coligação partidária era impossível devido à saída de «partidos fundamentais», e de que o novo Governo deveria respeitar o pluralismo das várias correntes socialistas.

conhecida nenhuma posição oficial da sua Comissão Política Nacional, embora se presumisse que o partido não aceitaria a presença dos seus militantes num Governo em que não fossem satisfeitas as condições postas ao Conselho da Revolução. Já, entretanto, Sá Borges fora convidado, para o Governo, não tendo aceite, uma vez ouvido o Secretário Geral.

Esta posição dos dirigentes socialistas punha em cheque a situação de Vasco Gonçalves como Primeiro Ministro. Seria fruto do clima emocional do comício? Constituiria, antes, resultado de prévia ponderação política?

Estas algumas das dúvidas que se puseram aos observadores, que admitiam que, a ter sido intencionalmente assumida, a atitude de Mário Soares tanto poderia representar uma tentativa clara para afastar o Primeiro-Ministro, como uma jogada a médio prazo (já que a curto prazo só consolidaria a posição de Vasco Gonçalves).

A 5.ª Divisão assume o MFA

A resposta veio rápida. Não veio do Conselho da Revolução, sem do Gabinete do Primeiro Ministro, mas sim da 5.ª Divisão da EMGFA. Em nota divulgada durante a madrugada de domingo, a 5.ª Divisão fala em nome do MFA. O MFA «faz uso da legitimidade revolucionária conquistada no 25 de Abril e confirmada pela imediata e sempre presente adesão do povo português.» Afirma não reconhecer aos partidos «legitimidade para se pronunciarem sobre a designação do Chefe do Governo», o que «é da competência exclusiva do MFA» (alusão ao Pacto celebrado com alguns Partidos).

Mais concretiza e comunicado que os partidos foram mandados eleitoralmente para colaborarem na elaboração da Consti-

tução» (vidé o juízo depreciativo implícito sobre a função da Constituinte).

Depois a 5.ª Divisão «reprova e censura as divisões insinuadas pelo secretário-geral do PS sobre a isenção partidária do General Vasco Gonçalves».

E, pelo contrário, aponta-o como penhor da «coesão militar e unidade nacional» e garantia «de que o processo revolucionário português avançará, com firmeza para o socialismo».

Reafirma, pois, o «seu inteiro apoio ao Camarada Vasco Gonçalves».

O facto de o texto considerar o general Vasco Gonçalves não como um factor de coesão militar e unidade nacional, mas como o factor diz muito da não aceitação de alternativas para a 5.ª Divisão.

No 3.º Telejornal de domingo a 5.ª Divisão divulga novo comunicado, que transcrevemos na íntegra:

«Portugal viveu uma vez mais,

dias decisivos para o seu processo revolucionário, caracterizados desta vez por um clima de instabilidade política, habilmente arquitectado por homens que parecem colocar acima dos superiores interesses e anseios do povo português, a sua vaidade, o seu egoísmo e a sua ambição.

Assistiu-se neste período por parte de dirigentes de um partido que, pelo seu programa, deveria ser um dos mais importantes partidos políticos portugueses, a uma escalada de violência verbal, que, hábil mas traiçoeiramente, explorou as carências e insuflências do mesmo processo revolucionário e provocou, através da demagogia, da mentira e da calúnia, uma escalada de violência física que já causou vítimas inocentes ao seio do povo português.

Insultando-se a parça e a honestidade de intenções que motivam o MFA na defesa do povo a que pertence, aviltando-se o trabalho honesto a que soldados, sargentos e oficiais se devotam quotidianamente na prática da revolução e a que entregaram as suas vidas, mentiu-se, caluniou-se, ofendeu-se.

E mais do que a nós militares, ultrajou-se o povo a que pertencemos pois mentiu-se-lhe deturpando as realidades, pretendendo-se esconder a floresta atrás da árvore.

Não basta escolher as palavras e saber utilizá-las com mestria, para, com subtilizar de linguagem, cometer simultaneamente o crime e fabricar o alibi.

Desde Braga que se incitou o povo que comparecesse a ouvir aqueles que o deviam ajudar a cometer desmandos, manipulando reaccionariamente sectores honestos da população historicamente aliados desta revolução.

No Porto, pretendeu-se sugar que o MFA está a tentar levar o povo português para uma ditadura e acusou-se a 5.ª divisão do EMGFA, bem conhecida do povo através das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica, de pretender instaurar uma ditadura estalinista. Tudo isto com o objectivo claro de dividir as Forças Armadas, procurando fazer crer ao povo que esta 5.ª Divisão desenvolve uma acção desinteressada dos princípios contidos no Plano de Acção Política do MFA.

Em Lisboa, e apesar dos incidentes provocados em áreas dos distritos do Porto, Aveiro e Leiria, pelo clima de agitação revolucionária que fomentaram, e pela actuação das forças contra-revolucionárias que desse modo libertaram, atingiram esses elementos

o auge do despador. Aqui não se limitaram a permitir que sectores dos manifestantes que reuniram insuflassem os militares que compareceram para sua defesa, chamando-lhes «nova Pólis» e «naxosistas» esquecendo-se que esses homens construíram decisivamente para a libertação do povo português a liberdade que agora é utilizada para os insultarem. Permitiram-se desegrir um dos homens que mais se tem dado ao povo português, sem nada lhe pedir em troca, e que na força e sinceridade das suas simples mas profundas palavras, o povo bem conhece e respeta. Pretendeu-se subtilmente meter canhas diviso-nistas entre os homens que, com esforço e sob os olhos de todos, servem o País integrando o Conselho da Revolução, que o povo bem conhece, principalmente através dos Generais Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho. Não está em causa a liberdade de expressão e crítica ao Governo e ao MFA, mas sim a necessidade de respeitar o povo português, baseando essas críticas na análise objectiva dos factos.

Nós não pagaremos o ódio que nos votam com ódio.

Contra a calúnia responderemos com os nossos actos. Contra a demagogia utilizaremos a razão que assiste às camadas exploradas do povo português que defendemos. Não nos deixamos seduzir.

Não estamos contra os partidos que defendem o socialismo na nossa terra, e muito menos contra o povo que deles votou.

Estamos sempre com o povo, mas nunca com aqueles que o enganarem e que dele se pretendem utilizar.

Portugueses! Trabalhadores! São necessários os esforços de todos para reconstruir a terra que amamos. Não nos dividamos.

O MFA está e estará sempre com todos os que honesta e conscientemente pretendem construir o Portugal de felicidade que os nossos filhos merecem.

Unidos venceremos!
Nelic impressionam o tom particularmente duro da primeira parte, e a docura (relativa) das conclusões referentes ao PS.

Esta contradição levou alguns observadores a considerarem o comunicado como acto de desespero, e não tanto como posição de força. Outros, ao invés, juntavam os dois comunicados e diziam que eles punham o PS perante uma escolha definitiva: ou recuava, desistindo de passar por emotivas as referências a Vasco Gonçalves; ou continuava a avançar convictamente.

O PS não recua avança

A escolha foi quase imediata. Ainda no domingo, o PS difunde um longo comunicado, que, depois de aludir ao que chama «a inventona fabricada pelo PCP», expressamente afirma:

«Tanto no Porto, como em Lisboa, as massas populares manifestaram a sua oposição à presença do Senhor General Vasco Gonçalves na chefia do Governo.

No comício de Lisboa os nossos camaradas Salgado Zenha e Mário Soares exprimiram publicamente a posição do Partido Socialista em relação a este problema, manifestando a sua homenagem ao General Vasco Gonçalves e afirmando que, na presente conjuntura política, a sua continuação à frente do governo é mais um factor de desunião do que unidade nacional.

Com efeito, o Partido Socialista considera que a linha política seguida pelo 1.º Ministro tem-se mostrado incapaz de resolver os grandes problemas políticos e económicos da revolução portuguesa e de se opor à conquista ilegítima de posições no Aparelho de Estado pelo PCP. O PS considera ainda que só a formação de um governo de unidade nacional poderá superar a actual crise. Mas a formação deste governo implica o restabelecimento dum clima de confiança que o General Vasco Gonçalves não pode garantir.

Não acreditamos que a 5.ª Divisão do EMGFA venha a contestar o direito que tem o Partido Socialista, ou qualquer outro partido ou cidadão português, de se pronunciar livremente sobre uma questão essencial para os destinos do País, como é a da formação do Governo. O PS não pode deixar de registar a coincidência da tomada de posição da 5.ª Divisão do EMGFA com a de grupos não representativos como a Intersindical cuja palavra de ordem de paralisação no Porto foi pura e simplesmente ignorada, apesar de apoiada por 31 direcções sindicais. Mas o que não deixa de ser extra-

nho é que a 5.ª Divisão tenha contestado o direito democrático que assiste ao Secretário-Geral do PS de emitir uma opinião sobre quem deve ou não formar governo e não tenha sentido o dever de condenar o atentado que o Secretário-Geral do PCP cometeu contra a democracia e as determinações do Conselho da Revolução ao apelar para a formação de barragens, fomentando desse modo o terrorismo e a violência.»

No mesmo dia, a Secção de Oeiras do PS comenta o tema em causa em comunicado ainda mais violento.

Nele designadamente se diz: «Será que Vasco Gonçalves é o único revolucionário do MFA? Será que Melo Antunes e tantos outros não darão ao povo melhores garantias de independência partidária» (esta alusão a Melo Antunes parece coincidir com os aplausos que o seu nome conchata no comício do dia anterior)... «Não será verdade que mais de metade da população é contra a sua permanência como Chefe do Governo?

Aucalcem então a opinião pública sem slogans nem cantigas, pois quem canta pelo «Companheiro Vasco» são apenas os seus filhos queridos do PCP».

Da 5.ª Divisão, declara o comunicado que ela se encontra «ao serviço e mando do PCP».

Simplemente, estes comunicados do PS não alcançaram qualquer difusão na Rádio e Televisão no domingo, e o primeiro só seria publicado pelo «Jornal Novo» na segunda-feira.

Dai o telegrama enviado por Mário Soares a Correia Jesuino, do seguinte teor:

«Tenente Almeida emissora Nacional acaba informar secretariado PS nosso comunicado não pode ser lido sem antes ser aprovado 5.ª Divisão stop pergunta-nos vaxa se tal informação significa foi restabelecida comissão censura em Portugal stop Agradecemos resposta a fim conhecermos lei vive país apresentamos vaxa nossos cumprimentos.

Mário Soares.
Secretário-Geral PS»

"Força, Força — Companheiro Vasco!"

Ao mesmo tempo que o PS aparecia perante os olhos do público em silêncio total, a Intersindical lançava o seu apoio ao General Vasco Gonçalves, seguida de centenas de telegramas, cartas e mensagens de Sindicato

4 de Julho -20 de Julho: duas tácticas?

Por detrás das posições referidas (a que se juntam as de Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, e CDRs, perfila-se a atitude do PCP e do MDP/CDE, que, depois, durante a semana reiterariam o seu apoio a Vasco Gonçalves.

Enquanto o PS joga na saída deste, o PCP joga na sua permanência.

A fegosidade revelada pelos

Ex-MES teleaparecem

Finalmente, os ex-MES davam um certo "arrincho" da sua graça ao Teleforum de Domingo, sobre «Política de Independência Nacional». Como moderador João Henriques da Costa; como dois dos quatro participantes Luis Salgado Matos e Armando Trigo de Abreu.

Mas, mau grado a representatividade numérica, a sua presença foi apagada, não tirando dividendos da oportunidade (única?).

tos e individuais, que preencheram os boletins noticiosos durante todo o domingo.

Nesses testemunhos de adesão, entremeados da difusão da canção «Força, Força, Companheiro Vasco!», é possível distinguir duas fases:

— numa primeira fase manifesta-se a adesão ao Conselho da Revolução, e a Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho (sendo este terceiro envolvido, embora não tivesse

órgãos de informação, e a reacção conduzida pela Intersindical pareciam mesmo exprimir uma jogada forte do PCP.

Ora, como se compatibiliza esta jogada com a já hoje histórica conversa de dirigentes do PCP com Rosa Coutinho e Vitor Crespo, em nome do Conselho da Revolução, no dia 4 de Julho, em que o PCP teria declarado aceitar todas as soluções entendidas convenientes pelo MFA sobre o cargo de Primeiro-Ministro (estando implícita a aceitação de uma eventual substituição de Vasco Gonçalves)?

Temor excessivo a 4 de Julho e confiança manifesta a 20? In-

Mário Brochado Coelho e Pereira Santos revelaram-se mais políticos, e menos tecnocratas da política.

Dos ex-Mes saiu a ideia do «bloco social» de apoio à Revolução; umas considerações sobre relações com outras economias, e, vagamente, o apontar para uma política externa não subordinada aos imperialismos. Uma palavra para o «sprint» final de Luis Salgado Matos, que nos dias imediatamente anteriores fora falado como indigado para o Governo, embora tenha negado publicamente que tivesse havido contactos oficiais nesse sentido.

Ao mesmo tempo que a crise do Governo atingia o seu auge

seu objecto de ataque do PS). Revela-se, assim, a preocupação de juntar na mesma defesa os dois oficiais. Ao mesmo tempo, as mensagens referem o seu aplauso ao «Poder Popular», tema de convergência das linhas Otelo e Gonçalves (único?) e como do discurso permanente das linhas Otelo e Melo Antunes.

— numa segunda fase, aos órgãos e pessoas apoiadas, junta-se já a própria 5.ª Divisão, que, deste modo, vê corroborar a sua posição.

flexão táctica? Ou avanço experimental, com alternativas de recurso? Para já, pode apontar-se uma distinção fundamental. No dia 4, a conversa com os membros do Conselho da Revolução tinha sido antecedida por um longo encontro de Alvaro Cunhal com Otelo Saraiva de Carvalho,

em que este tornara claro que não acritaria o tom «mobilizador do PCP. E o PCP não mobilizou as suas manobras. A 20, o COPCON difundiu dois comunicados, ambos conducentes a refrear o ímpeto do PCP, mas, desta feita, com maior ou menor sucesso, aquele persuadido ao seu desígnio.

no domingo, o Conselho da Revolução não retinha

Melo Antunes, em carta dirigida a Mariano Rumor, Presidente do Conselho de Ministros da CEE, justificava-se com a situação de crise interna para não comparecer em Bruxelas, na conversa aprazada com os Nove. A sua deslocação ficaria — tudo o indica — para a segunda quinzena de Setembro.

Até lá, Portugal irá tendo na imprensa estrangeira comentários sobre a sua conjuntura, muito favoráveis os vindos de órgãos de informação do Leste Europeu, e muito críticos os dos meios de comunicação da Europa Ocidental.

18-19-20 de Julho: um fim-de-semana de ruptura

As novas barricadas: que combate?

O confronto partidário

A "Marcha sobre Lisboa"

No princípio da passada semana começou a ser feita uma marcha sobre Lisboa, que se dizia ser promovida pelo Partido Socialista Português. Várias organizações de esquerda emitiram comunicados, segundo os quais se trataria de um avanço reacционário.

Face a estes acontecimentos o PS por sua vez emitiu um comunicado, difundido pelo próprio Ministério da Comunicação Social, a título excepcional, e considerando a gravidade do momento, segundo o qual o PS desmentia ter promovido ou querer promover qualquer marcha sobre a cidade de Lisboa. Isto sucedeu no dia 18. No mesmo dia, circulavam vários boatos de ataques selectivos a militantes de partidos de esquerda, no Norte do país, ataques cuja responsabilidade se noticiou: chegadas atribuíam ao PS, FFD e CDS, mas que, na altura, se verificou não terem tido lugar. Ainda no mesmo dia, a Intersindical e diversos sindicatos convocaram os trabalhadores para as suas empresas e sindicais para os sindicatos.

«A Intersindical tem conhecimento de que se prepara para este fim de semana uma «marcha sobre Lisboa» que, pela forma como está a ser convocada pela Direcção do PS, reúne condições para que nela se incorporem todas as forças reacционárias que pretendem fazer regressar o nosso país aos tempos da ditadura fascista.

No momento em que o CSR procura seleccionar por forma a permitir o avanço do processo revolucionário, a crise governamental, provocada pela saída do PS e do PPD do Governo, considera a Intersindical que este tipo de manifestação visa manter uma situação de instabilidade artificial que pode levar ao confronto entre sectores sociais, aliados e interessados no processo revolucionário a caminho do Socialismo e provocar, ainda, divisões no seio do MFA.»

«A Intersindical exorta os trabalhadores a:

- Estarem em permanente contacto com os seus Sindicatos.
- Debaterem em amplas Assembleias nas Fábricas, nos Es-

critórios, nos Campos, em todos os locais de trabalho, a situação política que vivemos, as suas causas e os seus objectivos, de forma a esclarecerem os mal habitantes e ganhá-los para as tarefas revolucionárias.

— Reforçarem a sua unidade e vigilância nos locais de trabalho.

— Reforçarem em todos os locais a unidade do Povo com o MFA.

— Multiplicarem as iniciativas tendentes a cimentar a unidade com todas as camadas anti-monopolistas e anti-latifundistas da população de forma a isolar definitivamente a reacção e os seus lacaios.

— Não se deslocarem para fora de Lisboa no fim de semana e antes

barrarem todos os caminhos à reacção.

— Não permitirem que os transportes que são do Povo sirvam a contra-revolução.

Durante a tarde de sexta-feira começaram a chegar as notícias referentes à formação das primeiras barricadas em torno de Lisboa, Porto e outras estradas do país.

O COPCON divulgou, por essa altura, um comunicado no qual, após se referir à posição do PS, afirmava: «Não existindo por parte de forças políticas responsáveis a intenção de promover qualquer marcha sobre Lisboa (...) considera o COPCON que qualquer movimentação organizada sobre Lisboa é provocada por

RECEBIDO EM 19 JULHO 1975

CONTINUA DO DIA 18/7/75

19 JULHO 1975

hora 10 15

CG-91-39

INTERINDICAL

EXEMPLO DE COMO DEVERIA SER

forças reaccionárias e contra-revolucionárias apenas interessadas em confrontações físicas.

«Torna-se evidente que a reacção organizada querará aproveitar-se da situação de alarme criada pela difusão de comunicações partidárias e o clima de tensão de extrema animosidade entre os grandes partidos políticos nacionais em confronto, para lançar um ataque em força.

«É possível que o ELP ou outras forças contra-revolucionárias no exterior do país, se aproveitem da situação criada por confrontos físicos, desencadeados no interior, para semear maior confusão, o que só poderá interessar à reacção (...). O COPCON que como órgão revolucionário tem procura do sempre manter-se, desde o início da revolução, numa posição de intransigente isenção partidária, ao lado das classes mais desfavorecidas ou oprimidas do povo português, deplora que os grandes partidos políticos (...) não harmonizem as suas soluções políticas (...) arrastando as massas populares e trabalhadoras para uma iminência de conflito que pode vir a assumir as mais graves consequências.

«Afirma ainda que está na firme disposição de actuar com as suas forças (...), no sentido de minimizar os efeitos do conflito, não podendo talvez evitar mesmo que para tal tenha de fazer uso efectivo da força das suas armas o que tem, até hoje, evitado a todo o transe.»

Era a primeira vez, durante esse fim-de-semana, que se falava na disposição de fazer uso da força das armas.

Copcon desmobiliza barricadas selvagens

Mau grado este primeiro comunicado do COPCON, a situação não acalmou e a mobilização das barricadas continuou.

3.º comunicado mais despercebido

Uma vez que, depois da radiodifusão deste comunicado do COPCON, alguns sectores, considerando, a mobilizar os seus militantes para as barricadas, o Comando Operacional do Comando, monitor o dispositivo militar de controlo que considero necessário e suficiente para assegurar uma certa filtragem das entradas de Lisboa, substituindo progressivamente as barricadas que já foram por controlos militares.

Verificou-se aqui que os civis, após a chegada das Forças Militares, não abandonaram os locais, mantendo-se no entanto em muitos sectores numa posição passiva (no sentido de evitar de visões e identificações

Face a isso, o COPCON emitiu novo comunicado no qual, após se referir a mobilização que organizações políticas e outros não faziam ser finalmente admitido a) ser essa mobilização necessária, no momento, acentuando que esta poderia vir a agravar a tensão social em que se estava a viver. Finalmente o COPCON afirmava estarem as Forças Armadas em posição de controlar

relativamente a estes, posição que em alguns casos foi solicitada pelos comandantes das forças policiais e militares espontaneamente de colaboração, visto o comunicado emanado do COPCON.

Apesar de tudo, continuava a verificar-se o aparecimento de barricadas selvagens, o que levou o COPCON a emitir um terceiro comunicado que foi durante algum tempo radiodifundido com certa frequência, deixando de o ser posteriormente, em favor de apontamentos de reportagens transmitidos directamente das barricadas, algumas das quais só formadas por populares. Era do seguinte teor o texto deste comunicado:

«Foi montado pelo COPCON um conjunto de barragens em pontos estrategicamente escolhidos que permitem o controlo total dos sectores a nível de Lisboa».

Este conjunto de barragens pe-

a situação em todo o país pelo que as barragens eram consideradas desnecessárias, tornando o COPCON a iniciativa de as montar sem justificação e justificava. Neste sentido, o COPCON afirmou contar ainda com a colaboração activa de todos os movimentos políticos e organizações unitárias, colaboração que se veio a verificar não ter sido prestada por várias forças políticas.

As Forças Militares têm tido a colaboração militante das Forças Populares, o que se considera positivo na linha de aliança POVO/MFA.

«Verificou este Comando, por vezes, a existência de barragens selvagens que, por totalmente descoordenadas e em locais não justificadamente escolhidos, nada contribuíram para um eficaz controlo ocasionando apenas o desgoste implícito das forças populares».

«Assim agela-se para a imediata desmobilização destas barricadas selvagens, retirando as forças populares para um merecido repouso ou integrando-se em apoio às barragens controladas pelas Forças Militares, se a situação assim o aconselhar».

Este comunicado teve alguma receptividade em determinados sectores, sendo ignorado em outros sectores políticos populares.

A 5.ª Divisão intervém

Pouco depois da emissão deste comunicado, a 5.ª Divisão do EMGFA, da responsabilidade directa do capitão-de-mar-e-guerra graduado Ramiro Correia, fez passar aos microfones das estações de rádio-difusão um outro comunicado, cujo texto se segue: «Foram convocadas para este fim de semana movimentações partidárias que menosprezando reais problemas do país, fornecem campo de infiltração para manobras da reacção contra-revolucionária.

«O MFA verifica que em alguns pontos do país, se registaram incidentes, embora reduzidos em número e gravidade, que alertam para a possibilidade de elementos ligados às antigas estruturas repressivas PIDE/DGS, Legião; ELP, etc..., procurarem criar pontos de agitação social na tentativa de lançar trabalhadores contra trabalhadores.»

«Ao MFA, às classes trabalhadoras, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, aos intelectuais, a todos os portugueses interessados em consenir uma sociedade sem exploradores impõem-se uma serena e lúcida reflexão sobre os acontecimentos, o que implica:

«1. Vigilância sobre possíveis provocações exercidas sobre forças progressistas, com o objectivo de dividir os trabalhadores e recuperar a Revolução Portuguesa para o campo do capitalismo internacional;

«2. Firme mobilização e unidade em volta do MFA numa acção conjunta e coordenada de todos os militantes socialistas que contrarie qualquer tentativa reaccionária;

3. Actuação atenta e serena desmascarando com firmeza perante o povo português os objectivos contra-revolucionários que os provocadores pretendem atingir.»

Este comunicado, sem que, provavelmente, isso estivesse na intenção de quem o redigiu, viria a servir a algumas forças políticas para continuarem a mobilizar os seus militantes, costuradamente ao que era pedido no comunicado do COPCON, justificando, através de uma interpretação hábil de alguns passos do comunicado da 5.ª Divisão do EMGFA, a continuação da referida mobilização.

Segundo alguns observadores, a sucessão de comunicados de duas instâncias militares diferentes sobre a mesma matéria (e com conteúdo aparentemente diverso) vem pôr mais uma vez o problema de uma superintendência geral dos serviços militares por um comando de responsabilidades operacionais. «Quem executa é quem deve decidir» afirmam alguns comentadores, tentando interpretar o ponto de vista do COPCON sobre este tema.

Barricadas — pretexto para confronto partidário

Apesar dos diversos comunicados do COPCON que, numa primeira fase tentou evitar as barricadas, e, em seguida, vendo a impossibilidade de o fazer, decidiu assumir o seu controlo, as barragens populares proliferaram um pouco por toda a parte.

Assim, houve barricadas em vários pontos do distrito de Lisboa (sobretudo na periferia da cidade), de Setúbal, de Leiria, de Santarém, da Guarda, de Coimbra, do Porto, de Évora e de Beja e, em casos isolados, no distrito de Viseu. Em contrapartida, praticamente não houve barricadas nos distritos de Bragança, Vila Real, Viara do Castelo, Braga, Castelo Branco e no extremo sul do país. As escassas barricadas existentes nos distritos do Norte, ou eram militares (caso de Viseu e Guarda), ou foram destruídas por populares. Aliás, também em barricadas dos arredores de Lisboa houve confrontos entre colunas de socialistas e os civis que nelas se encontravam (por exemplo, Casais).

Tanto da parte dos que as faziam como da parte dos que as sofriam, era notória uma ausência de espontaneidade que muito as distanciavam das primeiras que tiveram lugar no 28 de Setembro e que, essas sim, foram um momento de real unidade popular contra a reacção. Enquanto nas primeiras se encontravam civis de todos os partidos, empenhados numa luta corpo a corpo contra o inimigo da Revolução — que era de todos —, nestas, foi sentido, para quem percorreu os diversos locais, que a busca das viaturas era feita com falta de convicção. Poderá eventualmente a atitude registada estar ligada ao facto de, à mobilização para estas barricadas ter aderido um só sector — o afecto ao PCP (embora se vissem militantes da UDP, por exemplo, mas a título individual) — aparecendo às pessoas em geral mais como uma ocasião de confronto entre o PC e o PS, do que, como se tentou fazer crer, em um combate para salvar a Revolução.

E foi certamente fazendo das fraquezas forças que o PCP jogou nas barricadas, onde teve o apoio daqueles partidos com que, nos últimos tempos, tem pretendido realizar uma frente unitária «contra a reacção» e a que tentou fazer aderir o PRP/BR. Este, no entanto, de acordo com o que informou no seu Boletim de 16 do corrente, decidiu que eram numerosos os pontos de discordância entre os dois partidos e chegou mesmo a denunciar em termos violentos o apelo às barricadas.

Anotamos, por curiosidade, alguns apontamentos de reportagem de jornalistas do EX-PRESSO que percorreram as estradas entre 6.ª e domingo.

**6.ª feira, 18
entre as 19 e as 00 h.
Lisboa-Algarve**

No percurso Lisboa-Faro havia várias barricadas na estrada. Em Santa Margarida do Sado, com militares de camuflado e convergendo listas fluorescentes.

Em Praias-Sudo e à entrada de Castro Verde havia barricadas constituídas apenas por populares, entre os quais se destacavam dois ou três jovens de idades compreendidas entre os 16 e os 12 anos, «armados» de espingardas de pressão de ar, várias mulheres com varapaus (o cado alentejano), estando a revista aos carros — bastante superficial e entre palavras de indignação e revolta dos viajantes ascendentes e descendentes de duas longas bichas de carro — a cargo de um grupo de jovens, algo descoordenado e desorganizado. Assistia, bastante nervoso, um soldado da GNR, que nos afirmou quase tentativamente antecipando-se à nossa pergunta: «Eu não tenho nada a ver com isto. Estou aqui apenas para manter a ordem. Isto é partidário, e eu devo apenas impedir quaisquer incidentes».

Entretanto, entre os revista-dos pudemos descobrir um oficial do MFA que se identificou como tal, e que obteve a resposta de um jovem não tendo mais do que 16/18 anos: «No MFA existe muita gente... Vamos mas é lá a abrir a mala».

Não eram volvidos ainda 5 ou 6 quilómetros depois da saída de Castro Verde, quando uma nova barricada surgiu na estrada, na confluência da estrada nacional com uma estrada secundária, talvez municipal. Não eram mais do que quatro ou cinco homens armados de varapaus, que sorridentes davam as boas noites e se limitavam a dizer: «Boas, trata-se de um veículo de passeio, pode seguir, e boa viagem». À nossa pergunta sobre o que se passava, fomos respondido que apenas se efectuava o controlo de viaturas comerciais (no momento estava parado no local um camião que se dirigia de sul para norte).



As barricadas: o MFA age...

Em Ourique, à saída da povoação, o primeiro sinal de nova barricada, tivemo-la ao avistar, encostada a um muro de pedra solta que borda a estrada, uma arma, que ao princípio pareceu ser uma caçadeira, mas que afinal mais não era do que uma F-42. O resto do aspecto de barricada não se encontrou, e os carros mais a frente se encontrava a barricada, com populares e alguns soldados, que só davam ordem de paragem a alguns veículos.

Poucos quilómetros antes de se entrar no Algarve propriamente dito — perto de S. Marcos — deparava-se com uma enorme concentração de veículos e pessoas. Entre eles destacava-se um veículo militar e vários soldados

sob o comando de um capitão. Este accedeu a prestar algumas declarações ao jornalista, salientando que se tratava simplesmente de uma operação de controlo do tráfego, com vistoria de documentos, etc. Neste caso, não era dado sinal de stop a todos.

O segundo aspecto de carácter objectivo, segundo depreendemos — e a concentração de populares devia-se à «natural curiosidade», segundo nos revelou ainda o referido oficial do exército.

Como resultado de tudo isto, cronometricamos cerca de 6 horas para o trajeto Lisboa-Faro, que habitualmente se faz em pouco menos de 4 horas.

Cruzamento dos 4 caminhos madrugada de sábado

No cruzamento entre as estradas de Sintra, Algés e Parque de Campismo de Monsanto, junto a uma «Chamite» onde vários jovens com grandes emblemas da UDP assediavam os militares que aí se encontravam na missão de revistar viaturas que se

dirigiam a Lisboa, o repórter do EXPRESSO perguntou a um capitão dos «comandos», de barba e ar jovial, apesar de ter passado a noite em claro (eram sete e tal da manhã) que armas tinha encontrado. Resposta pronta: «cora-unhas, mactras e paus (tu também usas, às vezes...)» e uma pressão de ar «Dianas», daquelas com que os miúdos vão aos pássaros...»

«De resto, mais nada...», acrescentou o oficial, ao mesmo tempo, a poucos metros, um

condutor (foi chamada uma televisão na tv) com os tipos do PS, só não quero que me litem a vida por causa de andarem todos à parca...»

Se bem que o tráfego seguia, normalmente no sentido de Sintra, a «obscuro» era já grande no sentido de Lisboa. Os protestos tinham por mais vulgar argumento «que eu vou trabalhar... que não quero nada com as vossas guerras... deixem-me em paz...»

Sábado de madrugada Linda-a-Velha auto-estrada

De regresso a casa, de um Comício em Algés, foi interceptado por populares, cerca de uma da manhã, Alfredo de Sousa, deputado PPD, que transpor-

tava consigo o resultado de uma recolha de fundos efectuado durante o Comício. Tinha a sua carteira de identidade e, recusado a identificar a cruz, a sua atitude causou alguma agitação entre os populares e deu lugar a insultos e aventurosas hipóteses ligadas ao transporte daquela quantidade pelo militante do PPD. Delas se ficaram com certos sectores do MDP que afixaram em pla-

cards versões de que constava a prisão de um «deputado do PPD que não trabalha»... «a não ser os vossos votos que não vão fugir...» O incidente não teve, no entanto, quaisquer repercussões dignas de nota porque, logo que se acercou um oficial, o Alfredo de Sousa se identificou e foi transportado ao COP-CON de onde foi acompanhado a casa, cerca das 3 da manhã.

Sábado, 19 entre as 18e as 23 h. na Ponte 25 de Abril e Cacilhas

As 6 horas da tarde de sábado, a bicha de carros na portagem da Ponte (uns vindos do Sul, outros — muitos — das praias da Caparica) alongava-se por

alguns quilómetros. Alguns, fortes da sua esportividade, humilhando com licenças, desviavam-se direitos a Cacilhas para tomar o barco. Mas depressa verificaram que centenas de outros tinham tido a mesma ideia. Na portagem, a verificação era feita por militares, por entre filas de civis atentos mas não operantes. O público desorientado suportava em silêncio resignado. Não havia nem a violência agres-

siva que os relatos do Norte reportam nem a colaboração evidente dos primeiros tempos de barragens. Em Cacilhas, havia militares em acção, mas civis solícitos adiantavam-se, resistindo carros a que apanhassem pedaços de papel de embrulho rasgado com as letras «Vistos». O militar que, a seguir, nos mandou parar, viu o papel e suspirou...

Sábado, percurso Lisboa-Algarve

Dois barragens militares à entrada de Setúbal. Em Ourique, várias camionetas de manifestantes do PS paradas. A barragem militar só deixava seguir uma de 30 em 30 minutos.

Sábado, Porto

No Porto, zona onde a reacção de populares às barragens de populares foi mais violenta, multiplicam-se as histórias. Em Rio Tinto, barragens de civis pararam as camionetas. Um mo-

torista agastado pegou numa rapariga e... charco com ela. E depois mais quatro. Na Ponte da Arrábida, lotaram os barqueiros que subiram, remos em risco, até cá acima e desbarataram os populares.

Sábado, Portela de Sacavém

Depois do comício do PS, na Portela de Sacavém, face à iminência de um confronto físico entre elementos do PCP e do MDP/CDE e outros presentes nas barricadas, e elementos do Partido Socialista, tornou-se-lhe necessária a intervenção de forças do RALIS que se interposaram entre as duas facções em confronto procedendo seguidamente a uma tentativa de dispersar a multidão, o que não foi conseguido. Os ânimos continuaram a exacerbar-se, e, em breve, o conflito assumia proporções que se podem classificar de graves, com a destruição de viaturas civis que se encontravam no local, e insultos aos soldados. Designadamente, muitos elementos do PS protestavam contra o que consideravam ter sido o tratamento infligido aos seus correligionários que tinham entrado em Lisboa. As forças do RALIS continuavam a tentar dispersar a multidão utilizando para o efeito cargas de gás lacrimogénico, balas de borracha e tiros de salva. Face à inconsequência de todas as tentativas, e pensando que os incidentes se agravavam, o comandante das forças de intervenção presentes informou o seu comando operacional, via rádio, da situação, salientando que para a resolver começava a tornar-se necessário abrir

fogo real, o que poderia vir a causar mortos. Durante a comunicação, o Comandante das Forças pediu instruções muito concretas. Foi-lhe então ordenado que utilizasse a Bateria de reserva que ainda tinha, a fim de evitar o uso de fogo real.

Entretanto, no local, forças estranhas aos grandes partidos políticos estavam também a agir. Segundo um oficial de Marinha presente na Portela, uma das viaturas teria sido destruída por estrangeiros.

Pouco depois, as forças do RALIS retiraram-se para dentro da unidade a fim de receberem novas directivas e reorganizar a acção.

Nesse espaço de tempo, os incidentes na Portela começaram a acalmar.

Posteriormente ficaram no local durante algum tempo algumas rondas de Lanceros 2 (Policia Militar) não se voltando a registar qualquer problema.

Na sequência destes acontecimentos, os núcleos PS da TAP emitiram um comunicado dando a versão do acontecido. Depois de lascararem certos desmandos de militantes socialistas que teriam revistado e danificado carros de pessoas do PC e MDP «a imagem do que lhes tinha sido feito», esclarece o comunicado, lamentam o comportamento do major Diniz de Almeida que classificam de «verdadeiro espectáculo de histerias, ao investir sucessos a multidão, gritando «viva rei», «viva a ditadura».

Esta a versão de militares do PS.

18-19-20 de Julho: um fim-de-semana de ruptura

Explode na província a escalada anti-P.C.P.



...o povo olha

Guerra de partidos ou luta contra a reacção

foram emitiadas, durante o fim de semana, pelas duas paróquias (PS e PC), foi nitida a intenção de adjectivar guerras.

No sábado, o PCP acusou o PS de «impôr uma viragem à direita da política portuguesa» e fez mais um apelo à conhecida «solidão de todos os trabalhadores, das massas populares, de todas as forças revolucionárias, de todos os homens e mulheres progressistas que não querem voltar atrás de 11 de Março, atrás de 28 de Setembro, atrás do glorioso 25 de Abril». E apelou para «todos os que marcham lado a lado para a manifestação de hoje em Lisboa» para que «se reúnam a participar em acções contra-revolucionárias de direita», apelo que seria reforçado no

dia seguinte com um outro aos «membros do PS que, como quaisquer democratas estão interessados na derrota da reacção», ao contrário dos seus dirigentes que terão prosseguido «naquela linha que se torna o eixo das reacções reacçãoárias, aliando-se às forças reacçãoárias e conservadoras contra as forças revolucionárias e progressistas a começar pelo próprio MFA». Curioso que um apelo semelhante fora feito por Mario Soares às bases comunistas na semana passada... Para os dirigentes partidários, o mal parece estar decididamente nas culpas... alheias.

Embora o MDP/CDE insistisse que «ninguém se iluda pensando que se trata de uma guerra entre partidos, que todos estejam bem conscientes que é a revolução que eles querem ameaçar», o confronto partidário parece ser a nota dominante deste fim de semana «quentes». Quer, no que diz respeito às tentativas

de formação de Governo, quer nos incidentes que puseram todo o país a ferro e fogo — sobretudo, para norte de Lisboa —, quer no apelo «scupulista» à formação de barricadas, é a «sua» tarefa de recuperação pelo PCP que parece estar em jogo.

Fossem as «brigadas apenas nas zonas rurais, falar-se-ia de manipulações de coqueiros. De facto, como tais poderão ter aparecido alguns dos conflitos surgidos em torno de ataques a sedes do PCP e de ocupações de autarquias. Mas os confrontamentos e as desvirtuações passam-se a todos os níveis, e nos próprios feudos tradicionais do PCP, como seja o sector sindical, nomeadamente o sindicato dos professores, de significado diferente. O PCP — que julgava ter assegurados, pelo menos o sector sindical e o dos meios de comunicação assim como parte das autarquias — vê baralharem-se-lhe as regras do jogo subitamente. Não há centro

de poder que que não o ponha em questão. Até no seio do próprio MFA parecem, recentemente, ignorar a sua existência.

«O PS o ministro Costa...» — como que, ao definir em recente entrevista para um jornal sucessas listas dentro do MFA, disse existirem a dos moderados (modo ocidental) e a dos extremistas (poder popular) e a do MFA, que pretende que seja ele a conduzir todo o processo? O PCP — de que tanto se falava — subitamente apagou-se do mapa.

Um comunicado do PS de Arcos de Valdevez dirá, dirigindo-se ao PC: «As vossas barricadas... foram um fracasso... Que o digam os procuradores de Matosinhos... Não... fomos para o Porto decididos a não aceitar as vossas barricadas e não aceitar as vossas barricadas... porque não aceitamos que vocês sejam os patrões da Revolução. Nós, militantes socialistas, dizemos: basta de intimidações».

Os outros partidos também tomam posição

A propósito dos acontecimentos de 19 de Julho e da morte de um militante do PPD as mãos de um elemento do PCP nas Cárdeas da Rainha, a Juventude Social-Democrática (organização juvenil do PPD) acusa o PCP de, através dos seus «apelos para o combate à reacção», não só pretender do que «virar ao golpe social-fascista no aparelho de estado existente.» É a J.S.D. que propositivamente «Considerando só haver duas alternativas — o capitalismo de estado e o fascismo — e aliando o PCP com a primeira, pretende o mesmo identificar as verdadeiras forças progressistas — defendendo o socialismo democrático — com uma opção fascista. As intenções do partido de Cunehal são claras: assolar ao poder, com apelos à luta contra uma reacção artificial, empulhada pelo mesmo, e empenhamento numa estratégia diri-

cionista em relação ao MFA. Pretende-se, acima de tudo, dar força aos elementos do MFA que estão na vanguarda ideológica do PCP.» Finalmente, a JSF lança a palavra de ordem: «O fascismo não passou, o social-fascismo não passou!»

Entretanto, também a 21 de Julho, a Comissão Política Distrital de Lisboa do PPD, depois de aprovar a decisão da Comissão Política Nacional daquele partido quanto à saída dos membros do PPD do Governo, toma as seguintes posições:

«Condernar os grupos minoritários, designadamente o PCP, que, visando frontalmente o direito de reunião e as directivas do COPCON, montaram barricadas e criaram um clima de intimidação em vários pontos do distrito no último fim de semana...»

«Pedir a todos os militantes do PPD do Distrito que mantenham serenidade cívica, não provocando incidentes nem respondendo à provocação reacçãoária que poderiam pôr em causa a integridade de pessoas e bens, mas não deixando de demonstrar

firmeza revolucionária que impeça movimentações anti-democráticas de minorias fascistas ou social-fascistas.»

No mesmo dia, o CDS, através do Secretariado da Comissão Política, considera que se confirmaram previsões anteriores daquele partido, «lamentando que o MFA não tenha ouvido, nem seguido, quando aliás era tempo, as propostas conciliatórias e democráticas avançadas pelo CDS.» Por outro lado, referindo-se implicitamente ao PS e ao PPD, o CDS «congratula-se pelo facto de, agora, partidos minoritários terem finalmente assumido as suas responsabilidades, dando pública conta das duras realidades que, de há muito, o CDS vem sentindo e denunciando.»

Por outro lado, o CDS, que auto-define a sua posição como de «pacifismo exemplar», «condena os assaltos às sedes do PCP, MDP/CDE, MES e PPD», regista que se COPCON se declare intransigentemente disposto à manutenção da ordem pública e

lamentando que «tal decisão não tenha sido tomada há mais tempo, em particular, quando comícios, reuniões ou sedes do CDS foram objecto da sanha selvática de minorias irresponsáveis». Sempre no mesmo tom parcimonioso, o CDS nota que «o COPCON apenas tenha optado por tal atitude em face da escabada de agressões contra o PCP».

Outros pontos significativos da tomada de posição do CDS: protesto «veemente» contra «a participação de civis nas barricadas, contrária às instruções das autoridades militares» e crítica às declarações de 5.º Divisão do EMGFA, as quais revelariam «claramente o não entendimento de que o clima grave, actualmente vivido em Portugal se deve sobretudo ao desrespeito da vontade popular que certas orquestrações de partidos minoritários vêm irrigando.» Finalmente, apontando para a valorização das eleições para a Constituinte, o CDS considera que o seu significado político e moral, «excede o simples mandato para a elaboração de uma Constituição.»

A luta dos "irmãos inimigos" abafa o "poder popular"

A tónica que dominou estas dias de «luta pelo poder» (que poder?) entre os «duas grandes», de passar para segundo plano certas linhas que se tinham vindo a desenvolver nos últimos dias, sumariamente a do «poder popular» que teve o seu ponto forte na manifestação apertadíssima da semana passada em Lisboa e também na que, no Porto, se realizou na sexta-feira à noite em que o brigadeiro Eúrico Coelhão tomou a palavra. Houve, por outro lado, o começo do MRPP no Campo Pequeno, também na sexta-feira, dia em que foram libertados os responsáveis do MRPP ainda detidos, em que Arnaldo Matos falou perante um recibo repleto.

O secretário geral do Movimento disse que «toda a burguesia, toda essa opinião pública que não é senão os jornais da burguesia, pretende que houve quatro governos provisórios, mas atenção: HOUVE SÓ UM. Porque os três partidos fundamentais desses governos são sempre os mesmos... e é a este Governo que nós temos de pedir responsabilidades pela luta actual que eles nos obrigam a travar e que nós não temos travar». E mais adiante: «Não podemos confiar em nenhum dos partidos oportunistas, conciliadores e traidores porque só nos trouxeram o desemprego, só nos trouxeram a miséria, só nos trouxeram a fome».

Conciliadores ou traidores, é nesses que, neste momento, estão postos os olhos do mundo.

A linha de orientação, subitamente firme e decidida, que o PS imprimiu à sua acção despertou reacções diversas. Enquanto, por um lado, se multiplicam os comendados de adesão à política seguida, por parte de diversas secções do Partido, e a

imprensa estrangeira se divide entre o apoio incondicional ao PS e a afirmação de que, mais do que nunca, Vasco Gonçalves reuna em torno de si «a revolução portuguesa», muitos comunistas se manifestam em apoio de Vasco Gonçalves e do Conselho da Revolução, repudiando a atitude do Partido Socialista. Um caso — que referimos, por típico de uma atitude mais geral — foi o de Luís Francisco Rebelo ao abandonar o PS, por meio de uma carta que tornou pública. Nela afirma nomeadamente:

«...Um partido político define-se mais pela sua prática do que pelos seus princípios. Ou melhor, a justiça destes afere-se pela acção concreta, na medida em que a Revolução é uma prática».

«...Não posso aceitar que num momento em que, mais do que nunca, é urgente ajudar a controlar este País, o secretário geral do PS ameace paralisá-lo... «A mesma razão profunda que me levou a inscrever-me no Partido Socialista obriga-me agora a abandoná-lo».

A isto responderá, de certo modo Mário Soares ao afirmar, durante o Congresso que reuniu em Lisboa durante o fim de semana numerosos socialistas europeus: «O Partido Socialista parte duma dupla constatação. Por um lado, sente-se frustrado quando analisa as social-democracias europeias no seu caminho para o socialismo, onde o capitalismo alienante, embora sob várias formas, se continua a manter; por outro, sente-se igualmente frustrado pelas experiências de tipo totalitário, onde o PS não se sente ainda integrado».

Linhas de orientação, tácticas e estratégias diversas, pois, encontram neste momento os dois partidos «inimigos». Resolver-se-ia o problema português, fazendo-se amigos ou acabando com eles? E o facto que eles deixaram no interior do próprio MFA?

O Norte sobretudo

Uma terceira linha de acontecimentos do passado fim de semana foi a que se traduziu em incidentes com organizações políticas em diversos pontos do país.

O denominador comum a esses incidentes foi o ataque, por vezes físico, ao PC e ao MDP/CDE. Nuns casos, essa ofensiva revestiu-se de um carácter não violento, embora frontal; noutras redunhou mesmo em confronto aberto.

Aliás, essa tendência aparenta ter manifesta ligação com a situação de crise governativa, e revelou-se acentuada pelo apelo para as barricadas, que acima analisámos.

Nem em todo o território nacional se verificou o clima de anti-PCPismo convertido em acções concretas.

Assim, para além dos distritos de Setúbal, Évora, Beja, Portalegre e Santarém (em que o PCP possui uma acentuada implantação), também em muitos outros nada de especial ocorreu no fim de semana.

Se iniciarmos a observação pelo Norte, teremos que, em Bragança, apesar de um ambiente de expectativa, nada sucedeu. Aliás, apenas se soube da convocação de uma manifestação de apoio à Igreja Católica para o dia 27 de Julho.

Em Vila Real também não houve incidentes com forças partidárias.

Domíngio à tarde, o PPD promoveu um comício, a que assistiria cerca de um milhar de pessoas. O conteúdo, ao que se sabe, foi de apoio à actual crise governativa.

Também em Viseu não se verificaram confrontos. No domíngio, à tarde, realizou-se uma maciça manifestação de apoio à Igreja Católica (em aparente resposta à sugestão do Bispo de Aveiro de multiplicação de demonstrações dos católicos em todo o País). Presentes mais de 20 mil pessoas.

A noite, o PPD realizou um Comício subordinado ao mesmo tema do de Vila Real, e com cerca de 7 mil participantes.

Em Coimbra e Castelo Branco, apesar de ameaças isoladas contra algumas sedes locais do PCP, não se concretizou nenhum acto de força.

Já no distrito de Viana do Castelo, em pleno fim de semana, a sede do PCP em Valença foi assaltada e revistada. O pretexto invocado teria sido a suspeita de nela se encontrarem armas. O assalto, que foi antecedido do rebate dos sinos e do toque da sirene dos Bombeiros, revelou-se que se tratava apenas de uma caçadeira e uma tranca.

No distrito de Braga, em Amaral, por precaução, o MDP/CDE retirou o letreiro identificador da sua sede. Em S. Tiago da Cruz, freguesia do Concelho de Vila Nova de Famalicão, foi incendiado de súbito, para domíngio, o Centro de Trabalho do PCP.

Em Matosinhos (distrito do Porto) o pretexto de um confronto foi a Comissão Administrativa da Câmara Municipal. Perante uma manifestação do PCP e MDP/CDE contra a Comissão (PS e PPD), responderam militantes destes dois partidos, gerando-se a confusão, depressa sanada. Também em Miraflores ocorreram incidentes.

No distrito de Lisboa, na sequência dos assaltos às sedes do PCP da Lourinhã e do Cadaval, a temperatura continuava a subir, até se traduzir, já na segunda-feira em sombentamentos de militantes comunistas da Repartição de Finanças e do BNU, acusados de divulgarem elementos oficiais e secretos da situação financeira de muitos habesantes do concelho ao seu Partido. Entrevisto a Escola Prática de Infantaria de Mafra.

Na cidade de Lisboa, o grandioso comício do PS (com cerca de 200 000 pessoas) não se traduziu em incidentes físicos, apesar de, em certo momento, serem muitos os apelos da assistência para actuações de força.

Só nas barricadas de Sacavém, conforme acima dissemos,

Incidentes em vários pontos do país

se concretizou a vitória de elementos do PS, estimulados pelas narrativas das dificuldades encontradas nas barragens por ou-

tros socialistas vindos de vários pontos do país.

Seria, assim, em Leiria (Batalha e Cúidas da Rainha; em

Avôte e em Montemor-o-Velho) que teriam lugar os mais graves acontecimentos do fim de semana.

A batalha da Batalha

O distrito de Leiria tem-se revelado fértil em assaltos às sedes do PCP. Assim, não só durante o passado fim de semana, como depois daqueles multiplicados-se em ritmo impressionante.

A batalha de Batalha iniciou-se, na sua máxima força, de 18 para 19, com a expulsão de alguns elementos do PCP, acusados de serem estranhos ao problema da Comissão local de moradores. Seguiu-se o ataque a estalagem, que se encontrava em regime de autogestão. Os populares assaltantes tomavam o partido do proprietário, que é tão como elemento respeitado na terra, contra os trabalhadores. Nesse ocasião, chegaram as Forças Armadas, sendo agredido um magar, salvo por dois aspirantes.

Entretanto, na Marinha Grande, o PCP e o MDP-CDE convocavam um plenário para a Praça Pública, e convidavam os militantes a armarem-se e a seguir para a Batalha.

Forma-se, então, uma caravana que passa, primeiro, pelo Quartel de Leiria, pedindo reforços militares.

O grupo da Marinha Grande passa, depois, por Porto de Mós, onde a sede da "Associação 1.º de Maio" (em que confluem elementos de partidos de esquerda) tinha sido assaltada e as instalações destruídas. Dali a carava-

na segue para Batalha e, ao longo do caminho, dá-se a comunicação rádio de GNR) seguiu para Algodão da Serra, onde dispersos populares que cercavam um café, onde se encontravam vários militantes oprogressistas. O encontro entre a caravana e as barricadas de manifestantes da Batalha que também fizeram as chamadas "sevas de lobos" verificou-se a altas horas da noite, e foi contido pelas Forças Armadas, com gases lacrimógenos e tiros para o ar.

No sábado, a população da Batalha fez um ultimatum ao Regimento de Leiria, em que se encontravam detidos alguns elementos implicados nos incidentes da véspera.

O tempo limite para a sua libertação era as 16 horas. Antes

deixa, foram libertados, quando populares da Batalha rodearam o quartel em Leiria.

No domingo, na Batalha, na Praça Pública, foi aprovado em Plenário o «Documento do Povo da Batalha». Deste modo, que descreve exactamente o sucedido, transcrevemos duas passagens:

«Se as coisas não tomam um rumo melhor, o povo deste núcleo não estará com o MFA.

«Porque é que o povo é reaccionário como diz certa imprensa, a Rádio e certos militares? Será pelo facto de não ser do Partido Comunista ou seus aliados? Será pelo facto de reagir perante o descalabro económico, já uma realidade hoje e a continuar assim a catástrofe amanhã? Será por recuar o abuso sobre a propriedade privada? Será por rejeitar o assalto aos bens que tanto custaram e custam em trabalho e sacrifícios a cada um? Será por querer as autarquias e outras comissões eleitas democraticamente e com a participação verdadeira de todo o povo e não apenas dos que comba a certos? Será por pretender que se respeite o resultado das eleições nacionais que foram feitas e a vontade do povo por elas expressa?»

Ora bem. Realmente houve incidentes graves na Batalha. É verdade que o povo se viu na necessidade de violentamente reaccionar aqueles que abusivamente pretendiam e pretendem não falar em seu nome, combater os seus interesses e lutar contra os seus direitos.

Entretanto, não se foi obrigado porque o MFA em vez de garantir a democracia e o respeito da vontade da maioria do Povo, protegeu a seção dos grupos minoritários e os seus abusos.

Os incidentes não são por isso de culpa do Povo. Não da culpa de certos grupos minoritários e da culpa, temos de dizê-lo do MFA ou pelo menos das Forças Armadas que aqui agiram e que cometeram tais abusos e até, à vezes, parece que os estimulou.

Perante isto, que esperar do Povo? Que se cale? Que atouche? se não já calou e amochou demais durante quase mais século.

O Povo se queria a democracia, ainda mais se entusiasma

por ela ao verem os militares prometerem-lha. Agora, se os militares pela sua conduta acabam por apagar-lhe essa esperança, o desgoço e a raiva do Povo serão tanto maiores quanto maior for a esperança que o MFA lhe criou.

«...Porém estas são razões dos incidentes. Foi tudo isto que pôs muita gente a gritar: «O Povo não está com o MFA». É de facto verdade. Não temos voz e não se dá a dizer nem nos autarquias que por isso nos tinham reaccionários. Porque se o MFA quer que o Povo esteja com ele, também o MFA tem de estar com o Povo. O Povo não é reaccionário. Reaccionários são os que não respeitam a vontade da maioria do Povo.

E, por isso que o Povo quer o respeito da sua vontade. Não isto que uns queriam explicar ao País e é isso que nós, certos de dívidas nestes momentos que se vivem mais ainda com alguma esperança, que temos leontar ao MFA. O Povo venceu e o Povo vencerá.

Acto de outros incidentes como os de Avôte (assalto à sede do MDP-CDE) e as escaramuzas de Figueiró dos Vinhos, avulso um confronto na Cúidas da Rainha. A cena se deu na Praça de Repúblicas António Ramalho Gomes, de... Há deca acidentalmente um grupo, a portada do Pólo. A duradante elevou uma ponte alongada e o confronto de um grupo de militantes...

...um tanto que se segue... Mas, há o povo... que detém a liberdade... o Ministério da Justiça... e Soares e os... de um ano... Têm... por... a... a... José Manuel Ramos... a... 22... de... a... de Lisboa do PPD e do PSD.

Aveiro em pé de guerra

O assalto para o símbolo aveirense parece inevitável, mas não é: no dia 18, uma criança salva um cartaz do PCP, que, ao fim, acabou colocado numa exposição a manifestação do PS. Um elemento do PC atinge a criança na boca e suscita-se a reacção de militantes socialistas,

organizados em operários da Renault.

Em crescendo emocional, a sede do PC foi cercada por populares. As forças militares protegeram-na, e conseguiram evacuar os refugiados a momentos horas da madrugada de sábado.

Militantes da Juventude Democrática da Intersindical, e assaltada a sede desta.

No cerco ao Centro de Trabalho do PCP, por várias vezes,

crerem os militantes de a - 18, os para o ar, para afastar os assaltantes. Num desses ataques, foi morto o soldado Eugénio, pelo indica que por uma rajada não intencional dos seus camaradas.

Depois de um bom dia de luta, os militantes deslocaram-se para a sede do PCP, e em llhuve e escuridão haveria assalto ou destruição nos centros de trabalho do PCP.

Monchique

Lutamos Monchique, no dia 18, foi palco de manifestações tendentes a afastar o Presidente da Câmara Municipal José Varela. A Câmara chegou a ser ocupada por elementos PS e FPLA, que não abandonaram

Estes elementos montaram cinco barragens de controle à entrada da localidade. As Forças Armadas intervieram para garantir a permanência da Comissão Administrativa da Câmara, e depois de uma fuga prolongada, prenderam vários elementos, que foram transportados

para o Quartel de Lagos.

Um elemento do PS foi assassinado. Nesta situação, chegou a Assembleia Constituinte, Leal Varela, e falou da situação dos presos. O Presidente da Câmara de Monchique respondeu, em extenso artigo, publicado no dia 24, no «Diário de Notícias».

Açores e o resto

Enquanto se passava tudo o que acima fica descrito, os Açores conheciam um choque par-

tidário, a propósito da constituição da Junta Governativa. Mas o agravamento das coisas, nos Açores, bem como o próprio recrudescer do conflito em Angola (com a ameaça do FNLA

de se retirar sobre a capital) — sendo, indiscutivelmente, elementos essenciais do último fim de semana, merecem neste número do EXPRESSO uma abordagem específica.